

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO
CURSO DE RELAÇÕES PÚBLICAS

CAROLINE DA ROSA DOS SANTOS

**AS FAKE NEWS COMO INSTRUMENTO DE NATURALIZAÇÃO DA MORTE DE
PESSOAS NEGRAS ENVOLVENDO AGENTES DO ESTADO: CASO MARIELLE
FRANCO.**

Porto Alegre

2019

CAROLINE DA ROSA DOS SANTOS

**AS FAKE NEWS COMO INSTRUMENTO DE NATURALIZAÇÃO DA MORTE DE
PESSOAS NEGRAS ENVOLVENDO AGENTES DO ESTADO: CASO MARIELLE
FRANCO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de
Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau
de Bacharel em Relações Públicas.

Orientadora: Prof^a. Dra. Mônica Bertholdo Pieniz

Coorientadora: Prof^a Ma Thaís Leobeth dos Santos

Porto Alegre
2019

CAROLINE DA ROSA DOS SANTOS

**AS FAKE NEWS COMO INSTRUMENTO DE NATURALIZAÇÃO DA MORTE DE
PESSOAS NEGRAS ENVOLVENDO AGENTES DO ESTADO: CASO MARIELLE
FRANCO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de
Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do grau
de Bacharel em Relações Públicas.

Orientadora: Prof^a. Dra. Mônica Bertholdo Pieniz

Coorientadora: Prof^a Ma. Thaís Leobeth dos Santos

Aprovado em _____ de _____ de 2019

Banca Examinadora:

Orientadora Prof^a. Dr^a. Mônica Bertholdo Pieniz – UFRGS

Co-orientadora Prof^a Ma Thaís Leobeth dos Santos - UFRGS

Prof^a. Dr^a. Fabiane Sgorla – UFRGS

Prof. Dr. Deivison Moacir Cezar de Campos – ULBRA

AGRADECIMENTOS

À dona do meu Ori, minha mãe Oxum por sempre me guiar e me amparar em todas as horas que cogitei desistir. Aos meus queridos Pretos Velhos e todas as falanges e entidades que me zelam, eu sei que nunca estou só.

À minha mãe Isabel, a mulher mais forte que eu conheço. A minha raiz, obrigada por tudo, eu sou a vida que emana de ti. Tu é a minha companheira, minha amiga e também aquela que me dá colo e me encoraja a viver e rodar o mundo, por mais que tu sinta medo. Te prometo que vou, mas eu volto.

Ao meu pai Ronaldo, meu exemplo e meu herói. Tu é aquele que sempre incentiva e sonha junto com a gente. Obrigada por todos os colos e conselhos, por sempre me guiar e acima de tudo me proteger. Eu serei sempre o seu bebê. Pai e Mãe, o que eu sou é resultado do amor preto de vocês.

Aos meus irmãos, Carina, Fabiane, Juliano e Adrielly por sermos e estarmos juntos. Por mais plurais que sejamos a gente sempre se complementa. Vocês me mostram todos os dias o significado de lealdade e os amo infinitamente.

A toda minha família materna, primos, em especial ao Vinicius por ser meu irmão de todas as horas. Aos tios e tias em especial as minhas velhas, Tia Tonha, Tia Marta, Tia Neza e meu Dindo Nei por torcerem e ficarem felizes pelas minhas conquistas e sonhos. Amo vocês.

A minha mãe espiritual Jaqueline, pelo carinho e proteção. Obrigada por todos os puxões de orelha e por todo amor que me dá desde que estava na barriga de minha mãe. Aos erês Laura, Isabeli e Theo por serem os amores da minha vida, estou tentando tornar o mundo melhor pra vocês.

Para as minhas queridas, futuras colegas de profissão, as minhas orientadoras, Prof.^a Mônica e Taís. Sou grata demais por ter escolhido vocês que me acompanharam do começo ao fim nessa jornada. Obrigada por todos os conselhos, pelas escutas, pela confiança e acima de tudo, por acreditarem e me conduzirem da melhor forma para o nascimento desse filho.

Agradeço também ao grupo de pesquisa Harambee no qual fui integrante, sou grata pela jornada que cumpri e toda a aprendizagem que tive vocês são pessoas e profissionais que me orgulho muito. Aos meus colegas da Agência em especial a equipe de mídia. E também a Simone Linck, por ter plantado aquela sementinha no

projeto Pescar no qual me inspirou e hoje posso compartilhar da mesma profissão. E também ao PEAC por me mostrar que existem possibilidades.

Agradeço as minhas companheiras de barra, em especial ao meu grupinho e amizades que a Fabico me deu Karen, Rafa, Fran, Vitor, Thales e Luli e também as Blairs, sou grata por todo o aprendizado e laço que criamos nesses quatro anos. Também para as minhas biscoiteiras, companheiras de surtos e sonhos, Jenni e Anne, amo nós e sou grata pelo que somos. À Laura por ser/estar comigo todos esses anos, obrigada migs você faz parte do que eu sou. A Marina, minha irmã da vida. Tamara, minha parceira leal, não encontro palavras pra resumir vocês. Amo infinitamente.

As irmãs e irmãos que as águas da mãe Oxum colocaram no meu caminho e só posso agradecer o amor e carinho que temos. O amor preto cura e vocês ressignificam isso todos os dias. Aprendo muito e me construo com vocês.

Eduardo, eu não tenho palavras pra ti, tu tornaste esse processo possível e menos doloroso, eu não canso de dizer o quão grata eu sou por nossos caminhos terem se cruzado, tu é meu irmão, meu parceiro de viagem e meu melhor amigo, obrigada por sonhar junto comigo. Em especial a vocês, Mau Dressa, Neca, Rodrigo, Tainá P., Inayara, Thainá B., Tainá S, Ariane, Júlia, Lauren, Valquíria, Jaynan, Lisandra, Kellen, Dina, Keyla, Maripê, Henrique, Alisson, Airan, Carol, Jessy, Almeidinha e Matheus amo e sou grata infinitamente.

Como já disse um dia Assata Shakur, essa mensagem é para as minhas irmãs, minhas irmãs de vida, de luta. Eu as amo e vocês me inspiram. E acredito que possamos construir juntas para os nossos, é desorganizando que nos organizamos, enfim que sejamos o caos. “Eu só quero um momento para expressar meu amor por todas vocês que arriscam suas vidas diariamente lutando aqui e nas linhas de frente”.

Ao Movimento Negro, aos nossos mais velhos agradeço, pela luta e a resistência, no qual sigo aprendendo todos os dias. O que sou hoje é fruto das sementes que vocês plantaram. 4P's.

Aos nossos mortos que se foram precocemente e hoje são energias ancestrais. As Marielles, Amarildos, Claudias, Evaldos, DG's, Andersons, Joãos, Marias, Eduardas. Vocês estão presentes.

Enfim, a todos que acompanharam e contribuíram de alguma forma, dedico a vocês este trabalho. Axé!

*A Terra é o meu quilombo,
o meu espaço é o meu quilombo.*

*Onde eu estou,
eu estou.*

Quando eu estou, eu sou.

Beatriz Nascimento

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo investigar como o fenômeno das fake news nas redes sociais digitais potencializam a reprodução do racismo (e de que forma naturalizam a execução de pessoas negras no Brasil em casos que envolvem agentes do Estado). Para guiar esse projeto partiremos dos conceitos de identidade de Hall (2006), Sodré (1999) e outros autores que discutem sobre a construção dos sujeitos, contribuindo para o tema. Para as questões de Branquitude trouxemos as perspectivas raciais de W.E.B. Du Bois (1920), Steve Biko (1990), Frantz Fanon (2008). E, em relação ao racismo no Brasil, o levantamento que Nascimento (2017) trouxe acerca da política de miscigenação racial no Brasil. Para discorrer sobre o fenômeno das fake news a partir de estudos teóricos de Seibt (2019) e os levantamentos de Christofolletti (2018). Busco analisar o fenômeno ocorrido no pós-morte de Marielle Franco, e a onda de fake news que surgiu como forma de justificativa para a sua morte. Os procedimentos metodológicos envolveram o método estudo de caso, executado a partir das técnicas pesquisa bibliográfica, pesquisa/análise documental e a análise de conteúdo. O resultado obtido evidencia que o racismo atravessa sistematicamente a existência das pessoas negras, atuando de forma simbólica e prática para a destruição da raça preta e como isso é recorrente e quando se é pobre e preto.

Palavras-chave: Fake News; Racismo; Marielle Franco; Democracia Racial.

ABSTRACT

This research has as general objective the investigation of how the phenomenon of fake news in digital social networks empower the reproduction of racism (and how it naturalizes the execution of black people in Brazil, in cases that involve State agents). To guide this project we'll start from concepts of identity of Hall (2006), Sodré (1999) and other authors that discuss about the construction of the subjects, contributing to the theme. For the issues about whiteness we brought the racial perspectives of W. E. B. Du Bois (1920), Steve Biko (1990), Frantz Fanon (2008). And consequently the survey that Nascimento (2017) brought about the politics of racial miscegenation in Brazil. To discuss about the popularization of fake news starting from the theoretical studies of Seibt (2019) and the surveys of Chistofolletti (2018) I try to analyze the phenomenon occurred after the death of Marielle Franco and the rise of fake news as a way to justify her death. The methodological procedures involved the method of study case, executed starting from techniques of bibliographic research, documentary research/analysis and content analysis. The results obtained evidence that racism systematically crosses the existence of black people, acting in a symbolic and practical way for the destruction of black race and how this is recurrent when you're poor and black.

Keywords: Fake News; Racism; Marielle Franco; Racial Miscegenation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Categoria teórica de Branquitude	71
Figura 2 - Foto de suposta Marielle Franco sentada no colo do suposto Marcinho VP	73
Figura 3 - Comentário da desembargadora em postagem do Facebook contra a comoção sobre a morte de Marielle Franco	73
Figura 4 – Comentário do deputado federal Alberto Fraga (DEM-DF) ligando Marielle a traficantes através do Twitter	76

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Descrição do levantamento inicial no site da Agência Lupa	60
Quadro 2 - Descrição do levantamento inicial no site da Aos Fatos	63
Quadro 3 - Descrição do levantamento inicial no site do Boatos.org	64
Quadro 4 - Categorias encontradas a partir do levantamento inicial das notícias nos sites de verificações: A Lupa, Aos Fatos e Boatos.Org	68

LISTA DE SIGLAS

ALERJ	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO DE JANEIRO
CNBB	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL
CV	COMANDO VERMELHO
CPI	COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DEM	DEMOCRATAS
FUNAI	FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO
GPOPAI	GRUPO DE PESQUISA EM POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O ACESSO À INFORMAÇÃO
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IFCN	INTERNATIONAL FACT-CHECKING NETWORK
INFOPEN	LEVANTAMENTO NACIONAL DE INFORMAÇÕES. PENITENCIÁRIAS
IPEA	INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA
ITTC	INSTITUTO TERRA, TRABALHO E CIDADANIA
LGBTQIA	LÉSBICAS, GAYS, BI, TRANS, QUEER/QUESTIONANDO, INTERSEXO, ASSEXUAIS/ARROMÂNTIQUES/AGÊNERO E MAIS
MNU	MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO
PSC	PARTIDO SOCIAL CRISTÃO
PSL	PARTIDO SOCIAL LIBERAL
PSOL	PARTIDO SOCIALISTA
PT	PARTIDO DOS TRABALHADORES
PUC- RIO	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
SIM	SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE MORTALIDADE
TED	TECHNOLOGY, ENTERTAINMENT, DESIGN
UFF	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
UPP	UNIDADE PACIFICADORA POLICIAL
USP	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 IDENTIDADE E BRANQUITUDE	18
2.1 Identidade.....	18
2.2 Branquitude: O pacto do não dito.....	21
2.3 Processo de miscigenação e a falsa democracia racial	24
2.4 Vidas negras, inferno branco.....	26
2.5 A legitimação do racismo por vias institucionais	31
3 O SER NEGRO NA COMUNICAÇÃO E AS FAKE NEWS	37
3.1 O que é ser negro?	37
3.2 Informação e Fake news	44
3.3 Verdades sobre o caso e Marielle Franco	49
4 A TERCEIRA MORTE DE MARIELLE FRANCO	52
4.1 Procedimentos de coletas.....	53
4.2 As agências de checagem e as respectivas apurações sobre fake news de Marielle Franco ou a ela relacionadas (Delimitação do corpus).....	56
4.2.1 Agência Lupa	56
4.2.2 Aos Fatos	58
4.2.3 Boatos.org	59
4.3 Análise dos materiais verificados pelas agências e selecionados para estudo.....	59
4.4 Categorização teórica e temática	66
4.4.1 Descrição das categorias	67
4.4.2 Categorias temáticas: Poder e criminalização da Favela	69
4.4.3 Categoria temática: Vitimista	74
4.4.4 Categoria temática: Criminalização e Radicalismo	77
4.4.5 Categorias temáticas: A Santa Marielle; Partidarismo; “Lutadora”; Diferença; Defensora de bandidos.....	78
4.5 Caso Marielle Franco, racismo e fake news: reflexões.....	79
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	87

1 INTRODUÇÃO

Cabô, vinte anos de idade
 Quase vinte e um
 Pai de um, quase dois
 E depois das 20 horas
 Menino, volte pra casa!
 Cabô
 Ô Neide, cadê menino?
 Cabô, quinze anos de idade
 Incompletos seis
 Eram só 6 horas da tarde
 Cabô, cadê menino?
 Quem vai pagar a conta?
 Quem vai contar os corpos?
 Quem vai catar os cacos dos corações?
 Quem vai apagar as recordações?
 Quem vai secar cada gota
 De suor e sangue
 Cada gota de suor e sangue
 Cabô
 (LUEDJI LUNA, Cabô, 2017)

Segundo o Atlas da Violência (2019), em 2017, 65.602 homicídios ocorreram no Brasil, sendo 31,6 mortes para cada cem mil habitantes. Nesses dados, 35.783 jovens foram assassinados no país. O que representa uma taxa de 69,9 homicídios para cada 100 mil jovens, taxa recorde nos últimos dez anos. Os homicídios foram a causa de 59,1% dos óbitos de jovens de 15 a 19 anos; de 55,7% para pessoas de 20 a 24; e de 45,1% das mortes de jovens de 25 a 29 anos. A crescente onda violenta tem atingido os homens jovens da faixa etária dos 15 a 29 anos, onde a taxa de homicídios por 100 mil habitantes chegou a 130,4 em 2017. Dos 35.783 jovens assassinados em 2017, 94,4% (33.772) eram do sexo masculino. Entre as mulheres, o número de violência aumentou. No Brasil, em 2017, foram cerca de 13 assassinatos por dia. Ao todo, 4.936 mulheres foram mortas. A taxa de homicídios entre 2007 a 2017 em relação às mulheres negras cresceu 29,9%. Enquanto a taxa de homicídios de mulheres não negras cresceu apenas 4,5%. De todas as mulheres assassinadas em 2017 no país, 66% eram negras. Há uma dificuldade do Estado Brasileiro em garantir o direito de existir das mulheres negras.

Em 2017, 75,5% das vítimas de homicídios foram indivíduos negros (definidos aqui como a soma de indivíduos pretos ou pardos, segundo a classificação do IBGE, utilizada também pelo SIM - Sistema de Informação de Mortalidade), sendo que a taxa de homicídios por 100 mil negros foi de 43,1, ao passo que a taxa de não

negros (brancos, amarelos e indígenas) foi de 16,0. A taxa de negros assassinados cresceu 33,1%, já a de não negros teve um leve crescimento de 3,3%. A superioridade dos homicídios entre os homens e mulheres negro(a)s (pretos e pardos), em relação a homens e mulheres não negros, chega a 73,1% para homens negros e de 63,4% para as mulheres negras.

Conforme os dados presentes no Atlas da Violência (2019), raça foi um fator determinante para a construção dos dados levantados. Constam, nesses dados, que nossos homens pretos são a maioria dos mortos. As mulheres negras são a maioria nas execuções e violências domésticas; No movimento LGBTQIA+, as pessoas negras são maioria dos assassinatos. Nossos jovens negros não chegam vivos até os 30 anos. Em casos de violência obstétrica, nós, mulheres negras, somos as maiores vítimas, seja por negligência médica, seja por outras causas que também nos levam ao óbito. Conforme dados do Ministério da Saúde (2018), somos a maioria dos casos de suicídio: de 2012 a 2016, a proporção de suicídios entre negros aumentou em comparação às demais raças/cores, subindo de 53,3% em 2012 para 55,4% em 2016. Segundo dados do relatório feito pelo Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC), 68% das mulheres encarceradas são negras, 57% são solteiras, 50% têm somente o ensino fundamental e 50% estão na faixa etária dos 18 a 29 anos de idade. Os presídios masculinos também em sua maioria são compostos por pessoas negras. Conforme dados do InfoPen (Sistema integrado de Informações Penitenciárias) divulgados pelo Jornal Nexa., os negros ocupam 60% da população carcerária do país. Ou seja, tanto homens negros quanto mulheres negras são a maioria da população carcerária. Somos a maioria em situação de rua e de vulnerabilidade. O que eu quero dizer com isso? O racismo é um determinante social para a condição de não somente de saúde, mas também de existência da população negra. Qual a relação de Marielle Franco com isso? Ao decorrer da construção do trabalho tentaremos responder esses questionamentos.

Vistas essas inquietações é impossível ficar inerte a esses números, ainda mais quando a raça é um fator determinante nesses dados. Então decidi estudar de que forma o racismo é potencializado e naturalizado e como isso atravessa não somente casos de morte, mas também a existência de pessoas negras. Para isso, atentei à seguinte investigação: de que forma as fake news invisibilizam verdades sobre vidas negras e reforçam estereótipos raciais a respeito das vítimas em casos

que envolvem agentes do Estado em sua execução – caso Marielle Franco? Esta, portanto, se constitui como a principal questão de pesquisa deste trabalho.

É muito complexo pensar que vivemos sob um modelo de sociedade ocidental e essa organização é mantida e funciona estruturalmente por causa das desigualdades, essas que são raciais, sociais, econômicas e de gênero. Quando falo de estrutura, parto da ideia do conjunto, porém, não excluo a individualidade, visto que ambos são construções de sentidos e de visibilidade que reforçam e reproduzem a identidade dos sujeitos. Por ser edificada sob o prisma dos valores e conceitos do ocidente, a branquitude, identidade supremacista do ocidente, opera também na ocultação e na invisibilidade dos grupos não brancos, sujeitando a posição imposta de não existência, logo se não existem tais grupos, eles não têm relevância e, se não tem relevância, quem domina esses grupos pode decidir sobre o percurso da vida deles.

É de suma importância esse estudo no campo da comunicação e, em especial para área de Relações Públicas, visto que o aumento das fake news está ligado ao crescimento da desconfiança dos meios de comunicação e o intuito da disseminação delas é influenciar a opinião pública. Esse processo envolve, também, a reputação das pessoas e das organizações, além de, sobretudo, a ética e transparência na comunicação.

Devido à abrangência da comunicação e os meios em que ela se insere, o objetivo geral deste trabalho é investigar de que forma as fake news invisibilizam verdades sobre vidas negras e reforçam estereótipos raciais a respeito das vítimas em casos que envolvem agentes do Estado em sua execução.

Para responder o problema de pesquisa em sintonia com objetivo geral, resultaram os seguintes objetivos específicos: verificar os conteúdos comprovadamente falsos em agências de checagem a respeito da Marielle Franco; mapear a circulação dos conteúdos e as figuras públicas envolvidas na disseminação do racismo; e identificar de que modo o racismo se expressa nos conteúdos das postagens nas redes sociais ao propagar fake news a respeito da execução de Marielle Franco. Para construir esses objetivos, foi preciso delimitar as análises, ou seja, fazer um recorte dentro do material que foi verificado e checado pelas agências de verificações de notícias espalhadas nas redes sociais.

Deste modo, o norte para a elaboração do capítulo 2 trouxe as questões de identidade e branquitude. A linha teórica de identidade foi construída nas linhas teóricas de Stuart Hall, Muniz Sodré, também Nilma Gomes sobre a construção dos sujeitos e a diferença proposta por Kathryn Woodward, entre outros. Para os estudos da branquitude também propostos neste capítulo, trouxemos as perspectivas raciais de W. E. B. Du Bois, Steve Biko, Frantz Fanon. O levantamento que Abdias Nascimento propõe acerca da construção do imaginário sombrio que envolve a ideologia da miscigenação no Brasil. E, por fim, as conceituações de necropolítica de Achille Mbembe, que teve suma importância para a base desse capítulo.

A partir dessas reflexões, desenvolvi os seguintes itens: 2.1, que aborda as leituras e reflexões sobre a construção de identidade; no item 2.2, em que apresento como se constituiu a identidade a partir da branquitude e o pacto do não dito. No item 2.3, analisa-se a falsa democracia racial e como plano político de efetivação da miscigenação no Brasil se deu; no item 2.4, o inferno branco imposto a vidas negras é levado em conta para discussões e como está sendo efetiva a política de morte apresentada pelo Estado; no item 2.5 discorro sobre o racismo institucional proposto como via legal para a execução e prática de violência e, ainda, como o Movimento Negro Unificado se mostra resistente e denuncia as violências cometidas contra os negros e negras.

No capítulo 3, dou enfoque sobre o que é ser negro na comunicação e os significados que essa identidade implica, ainda mais que as pautas são ordenadas e estruturadas sob influência da branquitude. Abordo também como os aparatos midiáticos reforçam a produção de estereótipos. Neste capítulo, ainda, apresento as discussões acerca das redes sociais digitais e como o racismo é potencializado nesse meio com o novo modelo descentralizado de informar. E discorro sobre o fenômeno das fake news. Para esse debate, busco fundamentação em Muniz Sodré, que propõe questões pertinentes sobre a construção midiática, bem como Silvio de Almeida, que levanta reflexões acerca da noção do racismo estrutural. Para questões ligadas às redes sociais na internet, utilizo Raquel Recuero e Henry Jenkins sobre a convergência cultural dos meios de comunicação; para pensar o jornalismo, estudo Nelson Traquina, Roberto P. Simões, Dominique Wolton. Discorro teoricamente sobre o fenômeno das fake news a partir de estudos de Taís Seibt (2019) e os levantamentos de Rogério Christofolletti (2018). E para complementar

trouxe as reflexões de Boaventura Sousa Santos e Nilma Lino Gomes sobre epistemologia e a presença das ausências.

No quarto capítulo apresento a metodologia desenvolvida no decorrer do projeto. Sob olhar qualitativo, desenvolvo o trabalho a partir do Estudo de Caso para termos uma dimensão do que será analisado. Busco analisar o fenômeno ocorrido no pós-morte de Marielle Franco, e a onda de fake news que surgiu como forma de justificativa para a sua morte.

As técnicas empregadas foram de pesquisa bibliográfica, pesquisa/análise documental e a análise de conteúdo, de modo que contemple as análises que foram baseadas em falsas notícias verificadas pelas agências e comprovadas como fake news nas redes sociais. Em função disso, delimitamos pelo recorte do corpus apresentado no item 4.2 e a utilização da análise de conteúdo sobre essa delimitação no item 4.3, em que o conteúdo das agências de verificação foram estudados e interpretados, para que pudesse atender aos objetivos apresentados anteriormente no estudo. Nesse item pude apresentar as categorias temáticas obtidas da análise do conteúdo das fake news, comprovadas pelas agências de verificação, que tinham a intenção de desmoralizar Marielle Franco.

2 IDENTIDADE E BRANQUITUDE

Neste capítulo serão abordadas as questões de identidade e branquitude. Para as questões de identidade, nos fundamentamos nas linhas teóricas de Hall (2006) e Sodré (1999, 2015) que são importantes pesquisadores para os estudos da Comunicação, tendo como destaque os Estudos Culturais e o conceito de Identidade. Para a discussão de branquitude, no item 1.2, trabalharei a partir da perspectiva de autores negros, como W. E. B. Du Bois (1920), Steve Biko (1990), Frantz Fanon (2008). São autores negros rompendo o padrão epistemológico, colocando a raça branca como objeto de estudos, conceituando-a, desmistificando o uso do não branco como objeto de análise. O tema será discutido, também, a partir de uma crítica a respeito da ideia de democracia racial (NASCIMENTO, 2017), conceito que interfere diretamente no processo de miscigenação, idealizado para a formação de uma identidade brasileira unificada.

2.1 Identidade

Identitas, a palavra vem do idem, do latim, significando o “mesmo”. Significa a permanência do mesmo, a semelhança, o único. Características inerentes a transformações do meio, a identidade intersecciona o sujeito individual com o grupo com o qual convive. Segundo Sodré (2015, p. 39, destaque do autor), “a identidade de alguém, de um “*si mesmo*”, é sempre dada pelo reconhecimento do “*outro*””. Deste modo, a validação parte da sua classificação social. Mas há um movimento de mudança estrutural na sociedade moderna fazendo com que o sujeito tenha várias identidades às quais possa se identificar, ao menos temporariamente. Hall (2011) contextualiza que

isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados. Esta perda de um "sentido de si" estável é chamada, algumas vezes, de deslocamento ou descentração do sujeito. Esse duplo deslocamento - descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos - constitui uma "crise de identidade" para o indivíduo (HALL, 2011, p. 9).

A identidade fixa e estável foi descentrada, o que resultou em sujeitos pós-modernos contraditórios, abertos, fragmentados. Os movimentos sociais do “Terceiro Mundo” apelavam para a identidade social de cada grupo, o que fez nascer a política

de identidade. E Hall (2011) explica que aquilo que começou como um movimento dirigido à contestação da posição social das mulheres expandiu-se para incluir a formação das identidades sexuais e de gênero. O feminismo questionou a noção de que os homens e as mulheres eram parte da mesma identidade, a "humanidade", substituindo-a pela questão da diferença sexual (HALL, 2011, p. 45).

Todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído. A cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre as várias identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade. (...) Somos constrangidos, entretanto, não apenas pela gama de possibilidades que a cultura oferece, isto é, pela variedade de representações simbólicas, mas também pelas relações sociais (WOODWARD, 2013, p. 19).

Complementar a esta ideia, Woodward (2013) aponta que a produção de significados envolve poder e a cultura cria a possibilidade de várias identidades. A identidade individual se estrutura na personalidade dos indivíduos. O sujeito é variável. Suas ações, emoções, bem como sua "bagagem", dão forma a sua identidade. Não vivemos em ilhas, o que nos faz sofrer mudanças constantes. "As identidades são produzidas por meio da marcação da diferença e são sinalizadas como o "outro". Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas *simbólicos* de representação quanto por meio de formas de exclusão *social*" (WOODWARD, 2013, p. 40). A identidade depende da diferença para a sua existência e afirmação, é um jogo em que um precisa sobrepor o "outro". Uma relação no sentido metafórico de "amensalismo", porque um impede o desenvolvimento do outro. A nossa identidade diz respeito ao que fazemos: é o nosso ser/estar. A Identidade referencia a estabilidade no convívio social, em que as representações são reconhecidas através da ordem simbólica e da linguagem compartilhada. Ou seja, o efeito de ser/reconhecer.

[...] a representação é um sistema linguístico e cultural: arbitrário, indeterminado e estreitamente ligado a relações de poder. É aqui que a representação se liga à identidade e à diferença. A identidade e a diferença são estreitamente dependentes da representação. É por meio da representação, assim compreendida, que a identidade e a diferença adquirem sentido. É por meio da representação que, por assim dizer, a identidade e a diferença passam a existir. Representar significa, neste caso, dizer: "essa é a identidade", "a identidade é isso". É também por meio da representação que a identidade e a diferença se ligam a sistemas de poder. Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade [...] Não é difícil perceber as implicações pedagógicas e curriculares dessas conexões entre identidade e representação. A pedagogia e o currículo deveriam ser capazes de oferecer oportunidades

para que as crianças e os/as jovens desenvolvessem capacidades de crítica e questionamento dos sistemas e das formas dominantes de representação da identidade e da diferença (SILVA, 2013, p. 92).

Segundo Nilma Gomes (2017, p. 94), o corpo negro não se separa do sujeito. Negam nossa pluralidade enquanto sujeitos. Por mais individual que se edifique a identidade, a nossa construção identitária é coletiva. Conforme a autora, isso não significa descartar o negro “enquanto identidade pessoal, subjetividade, desejo e individualidade. Há aqui o entendimento de que assim como “somos um corpo no mundo”, somos sujeitos históricos e corpóreos no mundo. A identidade se constrói de forma coletiva, por mais que se anuncie individual.”

A identidade é apresentada como unidade. A raiz da identidade, o que ancora o pensamento da representação, parte do princípio de modelar a relação dos sujeitos com o mundo. A Paideia, conceito desenvolvido pelo Ocidente, tem como cultura os princípios de formação do homem cidadão, do conhecimento racional, modelo de relações entre os homens e a sociedade, numa perspectiva de caráter unitário de consciência, tornando-os uno. “[...] A possibilidade de se falar repetidamente de uma coisa como sendo a mesma, garantida pela representação *lei/palavra* (SODRÉ, 2015, p. 41, grifo nosso). Ou seja, a identidade não é fixa, é uma construção.

A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação. A identidade tem estreitas conexões com relações de poder. Como tudo isso se traduziria em termos de currículo e pedagogias? O outro cultural é sempre um problema, pois coloca permanentemente em xeque nossa própria identidade. A questão da identidade, da diferença e do outro é um problema social ao mesmo tempo em que é um problema pedagógico e curricular (SILVA, 2013, p. 97).

O sistema é muito complexo de se pensar. Não há uma terminologia que consiga definir a identidade sem que atrele ao poder e às relações que elas cruzam. As estruturas dominantes seguem ditando a ordem e a relevância dos sujeitos. E precisa de algo oposto para apontar que o outro é a diferença. Conforme alinha Hall (2011, p. 63), “a raça é uma categoria discursiva, e não uma categoria biológica”. Ele explica que raça é a categoria organizadora daquelas formas de falar, daqueles sistemas de representação e práticas sociais (discursos) que utilizam um conjunto frouxo, frequentemente pouco específico, de diferenças em termos de características físicas - cor da pele, textura do cabelo, características físicas e corporais etc. - como marcas simbólicas, a fim de diferenciar socialmente um grupo de outro.

Conforme explica Sodré (2015, p. 48), “a identidade ajuda a politizar os conflitos, criando possibilidades de representação das subjetividades junto ao espaço regido pelo espaço”. Nesse sentido, somos uma identidade marcada pelo corpo. O nosso processo é dado pela diáspora. Somos corpos negros buscando retomar a nossa identidade, ou seja, a reconstrução da imagem para os nossos semelhantes. Rompendo a lógica branquitude que visa determinar o nosso lugar e a nossa afirmação na sociedade.

2.2 Branquitude: O pacto do não dito

A discussão de raça, especificamente sobre a branca, iniciou-se em 1935, com o estadunidense W. E. B Du Bois, homem negro graduado em Harvard (EUA) e doutorado em Berlim (ALE). O professor historiador, sociólogo e economista publicou em 1953 a obra *Black Reconstruction in the United States*, na qual analisa raça, classe e status no modelo de trabalho norte-americano da época. Schucman (2012, p. 20) explica que, para Du Bois,

a luta contra o racismo e contra a discriminação do negro nos EUA é também a única possibilidade para o negro-americano estar no mundo com sua negritude, pois, para o autor, tanto o racismo como a representação negativa e estereotipada do negro dentro de uma sociedade branca com ideias e valores brancos não permitiriam a total realização e expressão do ser e estar negro no mundo.

O conceito de branquitude é uma construção entendida para pontuar o privilégio, seja ele sócio-histórico e/ou simbólico, que os brancos têm perante aos não brancos na sociedade. O branco sempre foi promovido como um modelo ideal do que é ser humano. A classificação racial é demarcada naturalmente. Os atributos positivos recaem aos brancos, sugerindo que a superioridade é característica intrínseca a eles. A autora Peggy McIntosh (1989) pontua exemplos sobre as diferentes formas que os privilégios simbólicos se expressam, como:

- Posso estar segura de que meus filhos vão receber matérias curriculares que testemunham a existência da sua raça.
- Se eu usar cheques, cartões de crédito ou dinheiro, posso contar com a cor da minha pele para não operar contra a aparência e confiança financeiras.
- Não preciso educar os meus filhos para estarem cientes do racismo sistêmico para a sua própria proteção física diária.
- Nunca me pedem para falar por todas as pessoas do meu grupo racial. Eu tenho bastante certeza de que, se peço para falar com a “pessoa responsável”, eu vou encontrar uma pessoa da minha raça.

- Posso voltar para casa da maioria das reuniões das organizações às quais pertencço e sentir-me mais ou menos conectada, em vez de isolada, fora de lugar, ser demais, não ouvida, mantida à distância, ou ser temida.
- Posso me preocupar com racismo sem ser vista como autointeressada ou interesseira. Posso escolher lugares públicos sem ter medo de que pessoas de minha raça não possam entrar ou vão ser mal-tratadas nos lugares que escolhi.
- Posso ter certeza de que, se precisar de assistência jurídica ou médica, minha raça não irá agir contra mim (MCINTOSH, 1989 apud CARDOSO, 2008, p. 182).

A partir dessa identidade imaginada, teses foram utilizadas para legitimar a superioridade branca e perpetuar as estruturas nas quais eles se encontram. O racismo é uma invenção do branco, um problema criado por eles. A desigualdade racial e a exclusão social ainda não são suficientes para que os façam enxergar a dimensão do privilégio e muito menos refletir a posição hierárquica que ocupam na sociedade. A negação daquilo que não os atinge faz parte de um dos atributos do privilégio. Para Eddo-Lodge (2017, p. 93, tradução nossa), “o privilégio é a ausência das consequências negativas do racismo”. A autora complementa que o privilégio relaciona-se com

Uma ausência de discriminação estrutural, uma ausência de sua raça sendo vista como um problema em primeiro lugar, uma ausência de "menos chances de sucesso por causa da minha raça". É uma ausência de olhares engraçados direcionados a você porque acredita estar no lugar errado, uma ausência de expectativas culturais, uma ausência de violência promulgada em seus antepassados por causa da cor de sua pele, uma ausência de uma vida de marginalização sutil e de exclusão da narrativa de ser humano (EDDO-LODGE, 2017, p. 93, locais do Kindle 4911, tradução nossa).

A linha de pesquisa do filósofo e psiquiatra Frantz Fanon (2008) também problematiza a branquitude e a utilizava como objeto de estudo. O autor, enquanto pesquisador, foi um homem negro que rompeu a lógica ocidental ao analisar aqueles que nunca entraram na condição de seres analisados em função de sua raça. Nesse movimento, o autor faz uma retomada epistemológica, na obra *Pele negra, máscaras brancas*, Fanon (2008) aborda o recorte do subconsciente, a relação do colonizador versus colonizado, e como essa relação impacta negativamente naquele que foi oprimido, ao ponto de se odiar e rejeitar tudo aquilo que o identifica e marca enquanto negro. E, expandindo suas reflexões, ele traz o debate sobre a humanidade das pessoas negras e não sobre o sujeito individual. O autor destaca que para o negro

só existe uma porta de saída, que dá no mundo branco. Onde a preocupação permanente em atrair a atenção do branco, esse desejo de ser poderoso como o branco, essa vontade determinada de adquirir as propriedades de revestimento, isto é, a parte do ser e do ter que entra na constituição de um ego. Como dizíamos há pouco, é pelo seu interior que o negro vai tentar alcançar o santuário branco. A atitude revela a intenção (FANON, 2008, p. 60).

Para legitimar suas ações, alguns negros acreditam que seja necessário o aval do branco e gastam energias para que a branquitude reconheça esses esforços. Assim, vivemos num ciclo vicioso de aceitação, onde a construção social nos leva ao mundo branco. Desse modo, para entender a negritude, é preciso olhar para a branquitude. Para Biko (1990, p. 42), “não é de estranhar que a criança africana aprenda na escola a odiar tudo que herdou. A imagem que lhe apresentam é tão negativa que seu único consolo consiste em identificar-se ao máximo com a sociedade branca”. Para termos a consciência é necessário olhar o passado e reescrever o futuro. Retomar a nossa história e dos nossos heróis.

Para complementar, Ture (2017) reforça como o racismo afeta a autoestima e a imagem que temos de nós mesmos:

Lembro-me de quando era garoto, costumava ver filmes do Tarzan no sábado. O Tarzan branco costumava bater nos nativos pretos. Eu ficava sentado gritando: “mate essas bestas, mate esses selvagens, mate-os! Eu estava dizendo: “mate-me!”. Era como se o menino judeu assistisse os nazistas levando judeus para os campos de concentração e isso o alegrasse. Hoje, eu quero que o nativo vença o maldito Tarzan e o envie de volta à Europa. Mas é preciso de tempo para se libertar das mentiras e seus efeitos destrutivos nas mentes pretas. Leva tempo para rejeitar a mentira importante: que as pessoas pretas inerentemente não podem fazer as mesmas coisas que as pessoas brancas podem fazer a menos que as pessoas brancas as ajudem (TURE, 2017, p. 55).

É importante para o negro o reconhecimento da sua história, e não somente a versão contada pelos “heróis”, os colonizadores. Quando vivemos à sombra e sem referenciais, como heróis negros, tendemos a viver idealizando fazer parte da história branca, porque fomos naturalizados a consumir essa cultura sem questionar e a nos adequarmos ao padrão imposto por eles, sujeitando-nos à aprovação e à aceitação de datas e narrativas que comemoram os nossos algozes. Naturalizando a escravização, “um povo sem uma história positiva é como um veículo sem motor” (BIKO, 1990, p. 42). A negritude passa por constantes processos de autoafirmação e reconhecimento de identidade. Steve Biko (1990) é considerado o pai da consciência negra, movimento político de libertação na África do Sul que lutava contra o regime de apartheid, sistema estruturado para que o negro se odiasse e acreditasse que era

inferior aos brancos e acreditasse, também, que as condições de separação eram porque sua existência não possuía valor e deveriam exercer o papel de subserviência. Ele lutava pela libertação do negro e o reconhecimento da sua negritude enquanto povo, falava da tomada da consciência negra, frisando a necessidade do reconhecimento e da emancipação do negro.

Essas discussões são muito pertinentes para o Movimento Negro Brasileiro, as ideias de Fanon era um debate sobre a humanidade das pessoas negras, no sentido da construção social-histórica racial. Não como um sujeito individual. Romper a imagem que o estrutura colonial nos impôs. E Biko colocava em discussão de não somente se compreender negro numa sociedade racista traçada pelo colonialismo, mas romper com o modelo imposto por eles, a fim de uma mudança social no qual os negros tenham orgulho e se valorizem e também se mobilize e lute de forma concreta contra o sistema político.

E no Brasil, o Movimento Negro Unificado tem papel de educador na sociedade brasileira. Ele se inspirou na corrente de movimentos raciais que aconteciam ao redor do mundo. A luta pela liberdade e a afirmação da nossa identidade é constante, seguimos nesse processo. Se não fosse a organização política dos nossos mais velhos para a superação do racismo e a possibilidade de novas narrativas, exaltando a construção e emancipação negra no Brasil e diáspora africana, nada avançaríamos. Por mais que não tenhamos dimensão de tempo e espaço devido a séculos de apagamento memorial e políticas que legitimam inferiorização da raça, somos herdeiros da sabedoria e luta ancestral. As discussões que temos hoje e as políticas públicas implantadas são sementes que o Movimento Negro plantou. Sem esse tensionamento e pressão do Movimento Negro sobre o Estado brasileiro e sobre a esquerda, nada teríamos avançado na construção de políticas de igualdade racial e no rompimento da imagem criada pela branquitude sobre nós negros. Colocando, principalmente, em discussão o mito da democracia racial.

2.3 Processo de miscigenação e falsa democracia racial

Neste capítulo discorrerei sobre a democracia racial no Brasil e como essa perspectiva política foi efetiva no processo de desumanização do negro brasileiro. Para isso, partirei das ideias de Abdias Nascimento (2017) no livro *O genocídio do*

negro Brasileiro publicado pela primeira vez em 1978, durante o período da ditadura militar no Brasil. O autor, que sofreu inúmeras tentativas de silenciamento pelas autoridades governamentais brasileiras, discursou no Festival de Artes e Culturas Negras, em Lagos (Nigéria, 1997), levantando um texto combativo que denunciava a política genocida e a falta de políticas públicas e leis que amparassem a vida negra.

Nascimento foi um importante escritor, poeta, ativista pelos direitos civis dos negros no Brasil, fundador do Ipeafro e do Teatro Experimental do Negro, um corpo negro político indicado duas vezes ao prêmio Nobel da Paz. Além disso, recebeu diversos prêmios mundiais relacionados aos Direitos Humanos em decorrência da sua trajetória e luta pelo direito e a existência do viver e ser negro no país.

Nascimento (2017) refuta a ideologia da perspectiva de democracia racial que defende que o problema do negro brasileiro está relacionado à pobreza e não ao preconceito, ao racismo, e denuncia o genocídio da população negra - grupo que é morto em diferentes instâncias -, política que age de forma sistemática, impossibilitando as condições de vida e serve de fundamentação para que se mantenha a lógica das autoridades: a da não discussão acerca do extermínio. A materialidade da democracia racial é acreditar que os negros e os brancos vivem em harmonia, que a desigualdade socioeconômica é inexistente, é acreditar que ambos estão na mesma linha de disputa e que todo o período de escravização e atraso social do negro foi reparado. E que, hoje, estão em mesmas condições de disputa de poder. É equiparar as narrativas.

Nas palavras do professor Thales de Azevedo, “maior motivo do orgulho nacional” [...] e “ a mais sensível nota do ideário moral no Brasil, cultivada com insistência e com a intransigência”. Na mesma direção laudatória, o *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, afirma que “ a maior contribuição que nós temos dado ao mundo é precisamente esta da nossa ‘democracia racial’” (NASCIMENTO, 2017, p. 48, destaque do autor).

Para o autor, a ideologia de democracia racial foi efetiva, pois discutir sobre ela é ainda um tabu social. O Brasil comprou esse discurso. Aqueles que adentram nessas questões, seja para refutar ou refletir sobre o tema, trazem para si um olhar de inimizade. Como ousariam despertar a consciência das vítimas? Como questionar se somos todos iguais? A não existência de raça pura devido à miscigenação brasileira, um elemento de embranquecimento populacional que foi proposital, foi uma teoria defendida por cientistas sociais da época, como Gilberto

Freyre, que exaltava em suas obras o termo *morenidade*, um processo que consiste em embranquecer a pele e a cultura do negro.

O racismo é intrínseco à sociedade ao ponto de tornar a brancura uma condição de qualidade. Nesse contexto, como reivindicar a diferença se, na teoria, a construção populacional consiste na existência da mistura de todos os sangues, sejam indígenas, europeus e negros? Segundo Nascimento (2017), o racismo no Brasil expressa-se na marca (aparência), no fenótipo, refutando a teoria de igualdade, da mistura das raças para definir o negro no país, mantendo o negro na condição de condenado, não pertencente à categoria de ser humano semelhante:

um brasileiro é designado *preto, negro, moreno, mulato, crioulo, pardo, mestiço, cabra* – ou qualquer outro eufemismo; e o que todo mundo compreende imediatamente, sem possibilidade de dúvidas, é que se trata de um homem de cor, isto é, aquele que assim chamado descende de africano escravizado (NASCIMENTO, 2017, p. 48).

O silenciamento não causa rupturas sistêmicas. A não discussão contribui para que os modelos da situação de opressão e a relação racial permaneçam como no período de escravização. A falsa liberdade cedida pela branquitude força os negros a acreditar que devem exercer gratidão pela “generosidade” dessa concessão, o que faz com que as narrativas de racialização permaneçam na perspectiva branca.

Como ignorar o maior crime contra a humanidade? A edificação do Brasil, esse grande maquinário de exterminar vidas, custou a humanidade dos povos negro-africanos. A chamada democracia racial serve como base para o não confronto direto entre as raças. O medo das elites de uma revolta moderna endossa o discurso dessa falsa harmonia racial.

2.4 Vidas negras, inferno branco

*Parece que nós só apanha
/ Mas no meu lugar se ponha e suponha que
/ No século 21, a cada 23 minutos morre um jovem negro
E você é negro que nem eu, pretin, ó
Não ficaria preocupado?
(DJONGA, FAVELA VIVE Pt 3, 2018)*

Partirei do pressuposto da construção imagética que a sociedade brasileira construiu sobre a negritude. O racismo no Brasil é um dos principais fatores para os altos índices de violência no país. Segundo dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e Mapa da Violência divulgado em 2019, a cada 100 pessoas vítimas de homicídio, 71 são negras. No ano 2017, 75,5% das vítimas de homicídios foram indivíduos negros. A taxa para 100 mil habitantes, 43,1 correspondem aos negros e 16,0 aos brancos. Para cada 1 branco, 2,7 negros foram mortos. Entre 2007 e 2017 cresceram 33,1% os homicídios de negros e a taxa dos não negros permaneceu 12,2%. As pessoas mortas em intervenções policiais são majoritariamente negras, 76% das vítimas de intervenções policiais entre 2015 e 2016 eram homens negros.

A taxa das mulheres negras vítimas de homicídio cresceu 71% em comparação a não negras. A polícia que mais mata no Brasil é a do Rio de Janeiro. A cada 23 minutos, um jovem negro é morto no país. São 66 mortes por dia, totalizando 4.290 mortos por ano pela PM. Existem duas versões de Brasil, uma para negros e outra para brancos. Conforme Mbembe (2016), para a efetivação da prática de morte, é preciso ser criado e recriado de forma constante o discurso de inimigo político da sociedade, sob a justificativa que o extermínio dessas vidas assegurarão a segurança e a existência do outro:

o estado de exceção e a relação de inimizade tornaram-se a base normativa do direito de matar. Em tais instâncias, o poder (e não necessariamente o poder estatal) continuamente se refere e apela à exceção, emergência e a uma noção ficcional do inimigo. Ele também trabalha para produzir semelhantes exceção, emergência e inimigo ficcional (MBEMBE, 2016, p. 128).

Segundo a publicação da Anistia Internacional (2015), o Brasil é o país com o maior número de homicídios no mundo: 56 mil pessoas foram mortas em 2012. Para a juventude negra, resta a associação aos estereótipos negativos e são predominantemente oriundos de comunidades carentes e regiões marginalizadas, o que contribui para a banalização e naturalização da violência. Em 2012, mais de 50% de todas as vítimas de homicídios tinham entre 15 e 29 anos e, destes, 77% eram negros.

*/Quem policia a polícia em tempos em que polícia nos mata igual água?
/Esse dado é fato e recente
/Mente sobre o genocídio que você num vê nos vídeos
/Enquanto os números do IML, crescente*

*/Se tivessem passado o que nós temos passado
/Mas só se cê habita a preta pele, cê sente
/Um certo medo do futuro quando se tem
/Amarildo, Claudia, Mariele: Presente
(AMIRI, PANTERA NEGRA, 2018)*

Os agentes do Estado protegem o Estado e esse já definiu que vidas negras são alvos. É perceptível ao analisar os dados. O Estado está com sangue dos negros nas mãos. Como ter esperança se vivemos numa guerra? Uma guerra que o alvo tem destino, a bala é certa. Uma guerra que quem tomba tem que provar inocência? Corpos passíveis de dúvidas. A lógica da polícia militar são as mesmas dos capitães do mato do período Brasil Colônia, eles agem de forma arbitrária e ilegal dentro das comunidades periféricas. Trocaram os chicotes por armas de fogo. Nossas vidas são desumanizadas. E a sociedade deixa explícito que não somos merecedores de humanidade. Apesar de Foucault (1999) não seguir como linha teórica o racismo contra os negros ou pesquisas acerca do extermínio liderado pelos europeus no continente africano e, conseqüentemente, nos domínios das colônias africanas, ele conceitua a relação de biopoder indicando que o racismo

é indispensável como condição para poder tirar a vida de alguém, para poder tirar a vida dos outros. A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo (FOUCAULT, 1999, p. 306).

Através dessa conceituação, a gente pode refletir acerca do direito de matar e como o racismo atravessa essa esfera. A sociedade foi moldada operando dessa forma, seleção de quem deve viver e o Estado cumpre o papel regulador. A declaração de guerra efetiva a sua função de destruir a raça adversária. Almeida (2018) explica ao dizer que

a guerra está próxima e que o inimigo pode atacar a qualquer momento é a senha para que sejam tomadas as medidas “preventivas”, para que se cerque o território, para que sejam tomadas medidas excepcionais, tais como toque de recolher, “mandado de busca coletivos”, prisões para averiguação, invasão noturna de domicílios, destruição de imóveis, autos de resistências etc (ALMEIDA, 2018, p. 92).

A ausência de meios de controle interno e externo quanto às ações policiais deixam a população negra, jovem e pobre refém desse sistema truculento. Conforme o 4º Boletim de Análise Político-Institucional do Ipea - Segurança Pública e Racismo Institucional (2013), “apesar de serem as maiores vítimas da violência, negros e

pardos evitam fazer queixa à polícia em caso de agressão porque não acreditam na instituição ou por medo de represália”.

*Você deve tá pensando
/O que você tem a ver com isso?
/Desde o início,
/Por ouro e prata,
/Olha quem morre,
/Então veja você quem mata,
/Recebe o mérito, a farda,
/Que pratica o mal,
/Me ver pobre preso ou morto,
/Já é cultural
(Racionais Mc's - Nego drama, 2002)*

Existem meios de controle por parte do Estado frente aos corpos que não são úteis para o capital. A Necropolítica é uma forma de controle social e eliminação de corpos, segundo Achille Mbembe (2016). A população negra, em níveis mundiais, é exposta nas mais simbólicas variações de violência e essas são reproduzidas em todas as fases da vida. A vulnerabilidade a que esse grupo é exposto, devido às condições sociais e injustiças estruturais, dita quem deve viver e quem deve morrer. Ou seja, mostra que as políticas não asseguram o básico que são: a proteção, o direito e a condição da vida desses grupos. Achille Mbembe (2016, p. 128) explica que:

[...] racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, “aquele velho direito soberano de morte”. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é “a condição para a aceitabilidade do fazer morrer” (MBEMBE, 2016, p. 128).

A dita guerra às drogas é exemplo de práticas antigas reincorporadas por um novo discurso que tende a enxergar o corpo negro como um alvo de extermínio. Sob a tutela do Estado, as pessoas negras são corpos permissíveis para o controle. Franco (2014), em sua dissertação de Mestrado, *UPP - A redução da favela em três letras: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro*, reforça que uma das formas de controle é a ocupação militarizada do território e o constante uso da violência como afirmação desse poder legitimado. Essa ocupação não constitui a garantia de direitos, de serviços, de investimentos ou da participação dos moradores na vida pública. Ela tem características militaristas, já mantendo o modelo político predominante de ocupação policial, reforçando a punição, a

abordagem truculenta e a repressão aos pobres. Sem a existência do direito à cidadania.

Mas para entendermos o racismo no Brasil e nas suas instituições, é necessário estudar desde a sua formação e recuperar sua memória, que foi propositalmente apagada. Na invasão nomeada como descoberta feita pelos Europeus em 1500, onde seduziram e enganaram os primeiros povos desse país, os colonizadores utilizaram de muitas formas para dominação indígena, fortaleceram laços para obter a confiança das tribos e, a partir disso, estimularam a disputa entre elas. Iniciaram assim o processo de escravização indígena e tentaram de todas as formas injetar a cultura colonizadora.

Segundo o relatório da CPI – VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS E POBRES (2015), às estatísticas de violência contra a população indígena são muitos significativas, estima-se que de cinco milhões de indígenas existentes no Brasil desde 1500, o número populacional caiu para um milhão. As ações foram efetivas em função dos territórios que estavam sendo tomados pelos europeus. Junto dessas práticas eliminatórias, trouxeram também doenças e pestes da Europa. O que explica a redução violenta da população indígena

A branquitude trazia da cárie dental à bexiga, à coqueluche, à tuberculose e o sarampo. Desencadeia-se ali, desde a primeira hora, uma guerra biológica implacável. De um lado, povos peneirados, nos séculos e milênios, por pestes que sobreviveram e para quais desenvolveram resistência. Do outro lado, povos indenes, indefesos, que começavam a morrer aos magotes. Assim é que a civilização se impõe, primeiro, como uma epidemia de pestes mortais. Depois, pela dizimação através de guerras de extermínio de escravização (RIBEIRO, 1995, p. 47).

A sociedade indígena vivia sua existência de forma solidária. Havia seus conflitos, mas eram povos que prezavam a união dos seus grupos. A ganância, os valores e a moralidade vieram com a invasão dos europeus. Os índios consumiam o que eles produziam, era da sua subsistência. Compartilhavam de forma coletiva as suas produções.

Os invasores não foram criados nessa cultura de valorização e apreço pelo trabalho circular. Logo chegaram impondo seus costumes, o caos, o medo, em nome da ordem, corrompendo o modo de vida daqueles que não precisavam de luxo e do excesso de penduricalhos que não consumiam. Chegaram com seus facões, canivetes, espelhos e, também, pedrarias cristalizadas, bijuterias. Atiçando o

imaginário dos índios como se aqueles objetos fossem pedras mágicas, raridade. Enlouquecendo os indígenas a ponto de agirem contra os seus pares, a sua própria tribo, pelo desejo de consumir daquela novidade. A essência dessas mercadorias era poder integrar o mundo dos europeus com os índios, os valores da colônia, de mercado. Ao ponto de ser natural que eles nem perceberam. O que era pluralidade e diversidade se desfez, a colônia corrompendo e uniformizando, o recém-descoberto “paraíso exótico”, para uma versão de mundo padrão europeizado (RIBEIRO, 1995, p. 48).

É perceptível a tentativa forçada de integração e aculturação dos grupos indígenas. Essas práticas sempre foram amparadas pelo discurso da identidade nacional, cunhadora da moral e dos valores da branquitude. Com a ambição de desejar que todos sigam uma ideologia, uma única cultura, desrespeitando a pluralidade e diversidade que os outros povos representavam. E não enxergando os sujeitos enquanto indivíduos. Sempre foi um objetivo do governo brasileiro essa dominação, a reeducação daqueles grupos vistos como minoritários politicamente. Tanto que o ministro Rangel Reis, que presidia os assuntos indígenas através da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), afirmou em entrevista para o Jornal do Brasil do Rio de Janeiro (1976), que cumprirão as metas fixadas pelo presidente Geisel para que, “através de um trabalho concentrado entre vários ministérios, daqui 10 anos possam reduzir para 20 mil os 220 mil índios existentes no Brasil, e daqui a 30 anos, todos eles estarem devidamente integrados na sociedade nacional” (NASCIMENTO, 2017, p. 51).

Parafraseando o sacerdote jesuíta, Egydio Schwade, Nascimento (2017) discorre sobre a resistência dos povos indígenas que sofre constantes ataques, “poucos povos do mundo possivelmente terão conseguido resistir tanto tempo e com tão poucos recursos a uma sociedade tão bárbara e tão covarde que os invade”. É o genocídio contra os não brancos sob desculpas de integração.

2.5 - A legitimação do racismo por vias institucionais

O racismo institucional é o que menos recebe julgamento da sociedade porque são ações enraizadas e de ordem social, construídas e embasadas na relação da manutenção dos privilégios. As instituições são materializações de

estruturas sociais, “*as instituições são racistas porque a sociedade é racista*” (ALMEIDA, 2018, p. 36, grifo do autor). O racismo compõe a ordem social e as instituições reproduzem padrões que privilegiam determinados grupos raciais. O não enfrentamento ativo das instituições que sejam de combate à desigualdade racial irá reproduzir facilmente as práticas racistas naturalizadas na sociedade, desde atos raciais explícitos a micro agressões - piadas, isolamentos e exclusões. Para Almeida (2018), comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo *racismo é regra e não exceção*. Os negros sempre tiveram o acesso limitados a certos espaços, como órgãos governamentais, instituições públicas, empresas, corporações e universidade, áreas que estão sob domínio da branquitude.

O racismo é expressado na desigualdade política, econômica e nos âmbitos jurídicos e mantém as populações racialmente marcadas excluídas, à margem e à mercê da sorte. Ou seja, desde a época da escravização (1538) já se tratava de racismo institucional, que, como se vê, foi se fortalecendo na medida em que o Estado desamparou e não propôs qualquer condição mínima de existência aos africanos em diáspora que foram sequestrados para serem explorados e desumanizados no Brasil.

Qualquer relato histórico do surgimento do terror moderno precisa tratar da escravidão, que pode ser considerada uma das primeiras instâncias da experimentação biopolítica. Em muitos aspectos, a própria estrutura do sistema de colonização e suas consequências manifesta a figura emblemática e paradoxal do estado de exceção.³⁰ Aqui, essa figura é paradoxal por duas razões. Em primeiro lugar, no contexto da colonização, figura-se a natureza humana do escravo como uma sombra personificada. De fato, a condição de escravo resulta de uma tripla perda: perda de um “lar”, perda de direitos sobre seu corpo e perda de status político. Essa perda tripla equivale a dominação absoluta, alienação ao nascer e morte social (expulsão da humanidade de modo geral). Para nos certificarmos, como estrutura político-jurídica, a fazenda é o espaço em que o escravo pertence a um mestre. Não é uma comunidade porque, por definição, implicaria o exercício do poder de expressão e pensamento (MBEMBE, 2016, p. 131).

Nesse sentido, verifica-se legitimidade nas diferentes formas e práticas de racismo que continuam se perpetuando, mesmo após séculos. A legitimação do racismo após o período da abolição da escravização fez com que as leis servissem como meio de encarceramento da população negra, mais um mecanismo de controle para aqueles que construíram o país. O negro sempre teve seu direito de ir e vir restrito dos demais grupos na sociedade; a locomoção em espaços públicos era

constantemente vigiada. As primeiras leis no país com motivação racial foram a proibição da capoeira e a vadiagem, bem como o Decreto Nº 847, de 11 de outubro de 1890.

Art. 399. Deixar de exercitar profissão, ofício, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistência e domicílio certo em que habite; prover a subsistência por meio de ocupação proibida por lei, ou manifestamente ofensiva da moral e dos bons costumes:

Pena - de prisão celular por quinze a trinta dias.

§ 1º Pela mesma sentença que condenar o infrator como vadio, ou vagabundo, será ele obrigado a assinar termo de tomar ocupação dentro de 15 dias, contados do cumprimento da pena.

§ 2º Os maiores de 14 anos serão recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriais, onde poderão ser conservados até a idade de 21 anos.

Art. 400. Se o termo for quebrado, o que importará reincidência, o infrator será recolhido, por um a três anos, a colônias penais que se fundarem em ilhas marítimas, ou nas fronteiras do território nacional, podendo para esse fim ser aproveitados os presídios militares existentes

Art. 402. Fazer nas ruas e praças públicas exercícios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal:

Pena – de prisão celular por dois a seis meses.

Paragrafo único. E" considerado circunstância agravante pertencer o capoeira a alguma banda ou malta.

Aos chefes, ou cabeças, se imporá a pena em dobro.

Art. 403. No caso de reincidência, será aplicada ao capoeira, no grau máximo, a pena do art. 400.

Paragrafo único. Se for estrangeiro, será deportado depois de cumprida a pena.

Art. 404. Se nesses exercícios de capoeiragem perpetrar homicídio, praticar alguma lesão corporal, ultrajar o pudor público e particular, perturbar a ordem, a tranquilidade ou segurança pública, ou for encontrado com armas, incorrerá cumulativamente nas penas cominadas para tais crimes (BRASIL, 1988)

O projeto da época era de um Brasil moderno, que precisava reestruturar a base social, removendo qualquer resquício de memória africana. Para que isso acontecesse, sabendo que a abolição já havia acontecido e era necessária a valorização da imigração europeia, incentivaram a chegada desses imigrantes. Segundo Abdias Nascimento (2017), havia uma onda de estudiosos da época como Joaquim Nabuco, João Pandiá Calógeras, Arthur de Gobineau, Silvio Romero, Nina

Rodrigues, Oliveira Vianna, assim como o antropólogo João Batista de Lacerda, tido como único delegado latino americano a participar do I Congresso Universal de Raças, realizado em Londres em 1911, que defendiam a tese de seria necessário um século para eliminação da raça preta do Brasil. E que até 2012, o país estaria livre do negro e do mestiço que ali se misturou: “Em virtude desse processo de redução étnica, é lógico esperar que no curso de mais um século os *metis* tenham desaparecido do Brasil. Isto coincidirá com a extinção paralela da raça negra em nosso meio” (LACERDA, 1989, p. 83 apud NASCIMENTO, 2017, p. 87, grifo do autor).

Para sua efetivação, seria preciso os colocar em situações de vulnerabilidade, limitando recursos básicos para a sua sobrevivência. De acordo com Skidmore (1976), a tese de João Batista de Lacerda foi criticada pelos brasileiros devido a estimativa de tempo, era tempo demais esperar por um século para que essa raça sumisse do país. O processo de embranquecimento da nação brasileira deveria ocorrer por dentro e por fora.

A discussão de raça no Brasil foi conduzida mais por questões de juízo de valor e moral do que por dados demográficos ou políticos e econômicos. Era necessário limpar a mancha negra existente no país. Sodré (2015, p. 118) explica que:

As omissões do quesito “raça” nos recenseamento; as denegações reiterada por parte dos intelectuais, imprensa e senso comum quanto a existência de uma questão racial; as informações de uma cordialidade excepcional entre brancos e negros etc., tudo isso concorria para reforçar o desejo elitário de amorenamento da população e ocultar a diferença racial como variável significativa no posicionamento social. A partir dessa atmosfera psicoafetiva de miscibilidade, conciliação e transigência, alimentada pelo trabalho intelectual e pelo senso comum, construiu-se aos poucos a imagem caracterial do ser brasileiro como um povo racialmente democrático, visceralmente pacífico e alegre [...] que tende a resolver suas dificuldades pela esperteza ou “jeitinho” (SODRÉ, 2015, p. 118).

Para isso, foram pensadas estratégias para que a população europeia tivesse livre acesso para a construção de suas famílias em solos brasileiros. Essa política racista foi uma ferramenta amparada pelas teorias científicas, onde defendiam que a genética africana era inferior e precisava ser erradicada. O sangue europeu era o único caminho para a salvação. As leis brasileiras ajudaram no processo de embranquecimento no país.

O decreto de 28 de junho de 1890 declarava que era livre a entrada nos portos de pessoas que viessem para trabalhar, exceto indígenas ou africanos que, somente sob autorização do governo, poderiam ser admitidos. O presidente Getúlio Vargas assinou também um Decreto-Lei nº 7967, em 1945, que regulava a entrada de imigrantes de acordo com “*a necessidade de preservar e desenvolver a composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia*”. Era vedada a entrada de indivíduos de raça preta. Para Maria Aparecida Bento (2002), existe um silenciamento em relação aos brancos nos espaços sociais, tornando-os isentos de problematizações e reflexões quanto ao papel que ele determina a respeito das questões de desigualdades sociais.

Este silêncio e cegueira permitem não prestar contas, não compensar, não indenizar os negros: no final das contas, são interesses econômicos em jogo. Por essa razão, políticas compensatórias ou de ação afirmativa são taxadas de protecionistas, cuja meta é premiar a incompetência negra [...], políticas públicas direcionadas àqueles que foram excluídos de nossos mercados materiais ou simbólicos não são direitos, mas sim favores das elites dominantes (BENTO, 2002, p. 3).

O silêncio protege os interesses em jogo, beneficiando a branquitude em formas simbólicas e estruturais; o que torna explícitas as ações de embranquecimento racial e a ascensão da nova identidade nacional, por isso a sustentação do discurso de sermos todos brasileiros é uma marca do branqueamento. Sem história, o apagamento não exige reparo. Se não aconteceu não teria motivos para discutir e consertar o que não existiu. O racismo sempre foi amparado teoricamente, pois “a ciência tem o poder de produzir um discurso de autoridade, que poucas pessoas têm a condição de contestar, salvo aquelas inseridas nas instituições em que a ciência é produzida (ALMEIDA, 2018, p. 54). O racismo é racional e teve base científica para a sustentação dessas teorias que inferiorizam e excluem a presença de outra raça que não seja a branca.

O Movimento Negro Unificado (MNU), tem lutado para mudar essa versão da história, reconhecendo a negritude como uma identidade positiva e, não somente isso, age denunciando o racismo institucional, luta pela emancipação e a produção de saberes da comunidade negra. É um processo de afirmação da nossa identidade, processo que envolve romper a estrutura de valores brancos que foi implantada no berço da comunidade negra, para que revolte-se contra o pensamento racista e tudo aquilo que nos desumaniza e que nos classifica como sujeitos animais, como

sexualizados e produtores da violência. Recodificar a emancipação sociorracial nos seus próprios moldes e não nos parâmetros de regulação (GOMES, 2017, p. 110). O Movimento Negro opera como sujeito político, auxiliando e propondo opções para essas questões, tensionando e denunciando a estrutura que nos limita e regula.

3 O SER NEGRO NA COMUNICAÇÃO E AS FAKE NEWS

Neste capítulo, introduzirei o que é ser negro na comunicação e o peso dos seus significados, levando em consideração que a branquitude dita, majoritariamente, o que é produzido nos meios midiáticos tradicionais. É ela quem influencia a construção de estereótipos e a produção de sentidos nos meios de comunicação. O racismo é uma prática ideológica que é realizada através de atos discriminatórios.

Além disso, abordarei as redes sociais na internet como plataformas emergentes descentralizadoras de informações nos meios de comunicação. Fundamentei essa discussão a partir de Sodré (2015), que propõe questões pertinentes sobre a construção midiática, bem como Almeida (2018), que traz reflexões acerca da noção do racismo estrutural, e a colaboração das ideias do Garvey (2017) sobre potência da propaganda contra as raças. Para questões ligadas às redes sociais na internet, trouxe Recuero (2009). E para os meios de comunicação e jornalismo estudei Traquina (2005, 2012), Simões (2009), Wolton (2011). Discorro, ainda teoricamente, sobre o fenômeno das fake news a partir de estudos de Seibt (2019) e Christofolletti (2018).

3.1 O que é ser negro?

A carne mais barata do mercado é a carne negra / A carne mais barata do mercado é a carne negra. Que vai de graça pro presídio / E para debaixo do plástico / E vai de graça pro subemprego / E pros hospitais psiquiátricos / A carne mais barata do mercado é a carne negra / Que fez e faz história / Segurando esse país no braço, meu irmão / O cabra aqui, não se sente revoltado / Porque o revólver já está engatilhado / E o vingador é lento / Mas muito bem intencionado / E esse país vai deixando todo mundo preto / E o cabelo esticado / Mas mesmo assim, ainda guarda o direito de algum antepassado da cor brigar sutilmente por respeito / Brigar bravamente por respeito / Brigar por justiça e por respeito de algum antepassado da cor / Brigar, brigar, brigar, brigar / A carne mais barata do mercado é a carne negra! (ELZA SOARES - A CARNE, 2002).

As palavras e as ações convivem no mesmo espaço, são dependentes entre si. A construção dos sentidos, a forma de uso e seus significados corroboram para a construção do imaginário social. A influência da branquitude reflete nas ações e percepções acerca do negro. A forma como o negro é reconhecido em sociedade é um exemplo explícito de causa e efeito na relação da marcação da linguagem.

A leitura sobre ser negro, a nossa história e a cultura ainda são reguladas pela homogeneidade, atrelada ao racismo e ao amparo da democracia racial. Essa perspectiva é reproduzida nas estruturas sociais do poder e ainda somos marcados pela ótica da branquitude. O imaginário do branco sobre o que é ser negro e sobre a nossa cultura é muito problemático. Despersonifica a nossa real imagem. Somos o olhar do outro, da sociedade branca. A agressividade e a sexualidade significam o outro, ou seja, nós, negros, nunca eles. Tudo aquilo que a branquitude não quer é projetado sobre corpos negros: a criminalidade, o roubo, a vadiagem e tantas outras significações negativas que a nós são associadas. Em outras palavras, o depósito na margem:

Tornam bandidos os que eram pessoas de bem / Pois já é tão claro que é mais fácil dizer que eles são os certos e o culpado é você / Se existe ou não a culpa ninguém se preocupa / Pois em todo caso haverá sempre uma desculpa / O abuso é demais pra eles tanto faz / Não passará de simples fotos nos jornais / Com gente negra e carente não muito influente / E pouco frequente nas colunas sociais / Então eu digo meu rapaz / Esteja constante ou abrirão o seu bolso e jogarão um flagrante num presídio qualquer / Será um irmão a mais / Racistas otários nos deixem em paz (DMN - RACISTAS OTÁRIOS, 2001).

Fanon explica que, por nós negros sermos colonizados, tendemos a sofrer complexos de inferioridade em relação a nossa cultura, e, para fugir dessas mazelas, idealizamos a nossa fuga no mundo branco:

Todo povo colonizado — isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural — toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana. Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negridão, seu mato, mais branco será (FANON, 2008, p. 34).

A branquitude domina os meios de informação, tanto pelo aparato educacional e as suas instituições, quanto pelo midiático. Conforme o Dicionário da Língua Portuguesa (BUENO, 2000), as palavras negro e preto e suas variantes têm os seguintes significados:

NEGREJAR - ne - gre - jar: v. int. Parecer negro; ser negro; causar escuridão; mostrar-se triste; mostrar-se negro; mostrar-se em sua cor negra ou escura; aparecer como coisa triste, ameaçadora. **ne.gre.jar**
 NEGRO - ne - gro: adj, Que é de cor escura; preto; muito escuro; sombrio; escurecido pelo tempo ou pelo sol; lúgubre; triste; (superl. abs. sint.: negrismo e nigérrimo); s.m. homem de raça negra; homem que trabalha muito. (Aument. negrão, negralhão, negraço; dimin.: negrito, negrilho, negrinho) **ne.gro** (BUENO, 2000, p. 563).
 PRETO - pre-to: adj, da Cor do ébano; negro; s.m indivíduo da raça negra; a cor negra; (fig) difícil; perigoso; pôr o - no branco; escrever; passar a

limpo. **pre.to** (BUENO, 2000, p. 623).

As instituições naturalizam esses significados e na titulação do termo “negro/preto” com tudo que é pejorativo e carregado de violência, é notável a intensidade do racismo. A educação escolar reforça essas percepções ao ensinar apenas uma versão da história e é aquela em que não temos contribuições significativas. A versão contada é aquela de um povo que esperou pela bondade dos brancos, um povo que agradeceu pelo 13 de maio e não questionou o dia seguinte. São discursos reguladores do corpo negro. A educação funciona como meio de mobilidade social para grupos sociais não hegemônicos, no qual existe a possibilidade na produção da ecologia de saberes (SANTOS, 2004) que tensionam o padrão social de produção da ciência. Para Gomes (2017, p. 96), existem especificidades no processo de regulação-emancipação, que limitam o corpo negro, ao que a autora chama de:

- a) Corpo regulado: o corpo pode ser *regulado* de duas maneiras: a dominante (o corpo escravizado; o corpo estereotipado; o corpo objeto) e dominada (o corpo cooptado pelo dominante como, p.ex., a industrialização do corpo negro a serviço do comércio capitalista, falsamente autonomizado pelo mercado; corpo como mercadoria). Na escravidão, os corpos negros estiveram presentes, mas de forma escravizada. Nesse contexto, o corpo era importante, mas como não humano, como força de trabalho e como coisa. O corpo regulado é também corpo estereotipado por um conjunto de representações que sustentam ideais de beleza corporal branca, eurocentrada e, no limite, miscigenada em contraposição a pele preta.
- b) Corpo emancipado: os corpos negros se distinguem e se afirmam no espaço público sem cair na exotização ou na folclorização. A construção política da estética e da beleza negra. A dança como expressão e libertação do corpo. Os cabelos crespos, os penteados afro, as roupas e forma de vestir que transmitem uma ancestralidade africana recriada e ressignificada no Brasil.

A regulação do corpo negro não deixou de existir após a proibição da escravização de negros. Apenas foram adaptados mecanismos conforme o modelo de sociedade que foi se estruturando. Para Gomes (2017, p. 98), “o corpo negro pode ser entendido como existência material e simbólica da negra e do negro em nossa sociedade e também como corpo político”, esse corpo político é lido como identitário, e “é esse entendimento sobre o corpo que nos possibilita dizer que a relação da negra e do negro com a corporeidade produz saberes e são processos de libertação”. Ou seja, em complemento ao pensamento de Santos (2002), a emancipação do corpo negro envolve questões complexas da tensão dialética sócio-racial:

trata-se de dar relevância e considerar como o paradigma da modernidade ocidental, ao eleger como conhecimento científico como forma credível e hegemônica o saber e desconsiderar e hierarquizar outros saberes, não o fez alicerçado apenas na recusa cultural e cognitiva de outros povos. Ele se alicerça numa tensão racial e de gênero. Essa realidade traz evidências de como a racionalidade científica ocidental se constrói na ausência de um diálogo com a alteridade e, mais ainda, na premissa de inferioridade desta última. No cânone da ciência moderna ocidental, não havia lugar para o reconhecimento de outros sujeitos, suas culturas e seus saberes (GOMES, 2017, p. 99).

O que antes era tensão de regulação, hoje se torna dupla questão. Não contam que estamos presentes na História, na Literatura, na Ciência, na Matemática, no nascimento da civilização e das tecnologias, por exemplo. A disseminação de um único ponto de vista, uma visão cultural, é prejudicial para a diversidade étnica brasileira. Como discursou a escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie no TED, que é uma rede de conferência mundial na referencias importantes são convidadas a se apresentar e disseminar suas ideias, em 2009: “a história única cria estereótipos e o problema com estereótipos não é que eles sejam mentiras, é serem incompletos. Eles fazem uma história se tornar a única história”.

E esses aspectos da nossa existência, por um lado, perpassam a estrutura e o modo como o negro é representado nos meios de comunicação, seja no noticiário ou no entretenimento, tanto em jornais impressos, quanto na televisão, no rádio, na internet, sendo, na atualidade, este último suporte o principal mobilizador de racismo em termos de mídia, como será discutido ainda no presente capítulo; por outro lado, a população negra é invisível nos meios de comunicação.

Segundo pesquisas da Propmark realizadas em 2017, 94% dos negros não se sentem representados esteticamente ou no imaginário dos filmes publicitários e 61% comprariam mais um produto se sua comunicação conversasse corretamente com ele. Tudo é organizado por quem detém e domina os meios e quem sistematiza e controla o mundo, isto é, os brancos. Segundo Marcus Garvey (2017, p. 67), “a propaganda fez mais para derrotar as boas intenções das raças e nações do que a própria guerra direta. A propaganda é um método ou meio usado pelos povos organizados para converter outros contra suas vontades”. A comunicação tem sido utilizada como uma arma contra os negros, pois destrói e limita nossos sonhos e possibilidades de horizontes. Ceifa nossas esperanças e autoestima.

A construção de sentidos sob a ótica visual segue idealizada pela branquitude. O negro é coadjuvante nos meios de comunicação, nunca protagonista e, eventualmente, aparece de forma estereotipada, contribuindo na construção do imaginário social racista ao associar aos negros tudo que é violento e negativo, pois o homem constrói-se na dialética com a cultura. Ou seja, os meios de comunicação reforçam o racismo. As telenovelas brasileiras, por exemplo, reforçam os estereótipos na elaboração dos seus personagens, principalmente quando retratam pessoas negras e o papel social em que elas socialmente são levadas a estar. Deste modo, faz com que um telespectador naturalize que mulheres negras têm uma vocação natural para o emprego doméstico, que a personalidade de homens negros oscila invariavelmente entre criminosos e pessoas profundamente bobas, ou que homens brancos sempre têm personalidades complexas, são líderes natos, inteligentes, racionais, tornando essas características a justificativa para as suas ações devido a essas “características intrínsecas” a esse grupo. (ALMEIDA, 2018, p. 51). Além disso, Almeida (2018, p. 53, destaque do autor) também reforça que:

[...] Somente a reflexão crítica sobre a sociedade e sobre a própria condição pode fazer um indivíduo, mesmo sendo negro, enxergar a si próprio e ao mundo como que o circunda para além do imaginário racista. Se boa parte da sociedade vê o negro como *suspeito*, se o negro aparece na TV como *suspeito*, se poucos elementos fazem crer que negros sejam outra coisa a não ser *suspeitos*, é de se esperar que pessoas negras também achem negros *suspeitos*, especialmente quando fazem parte das instituições estatais encarregadas de repressão, como é o caso de policiais negros.

Isto é, identidade e cultura se relacionam e se baseiam juntas nas relações sociais. Estão ligadas à condição de existência do homem e ao meio a que ele pertence. Nesse sentido, entendemos como fundamental a mudança nas representações do negro e o combate a esses estereótipos, especialmente na atualidade, quando o uso da internet tem proporcionado o fortalecimento dessas representações racistas, como será abordado no decorrer deste trabalho.

Trata-se de uma nova cultura participativa de discussão de assuntos coletivos, que surgiu de mudanças tecnológicas nos meios de comunicação e na existência e uso de redes sociais na internet. As redes sociais são meios emergentes de comunicação, e difundem-se de forma expansiva e global (RECUERO, 2012, p. 1). A autora parte de análise feita sob a ótica mcluhaniana, em que argumenta que “o meio é mensagem”, o meio influencia o redor independente do conteúdo e “configura e controla a proporção e a forma das ações e associações

humanas" (McLUHAN, 1964, p. 23). O meio se aprimora conforme a necessidade humana.

Para McLuhan (1964), vivemos sob um ponto de vista de aldeia global: a informação está disponível e é compartilhada entre todos os seus membros, como em uma pequena vila com divisões. Porém, existem estruturas com interesses, posições. As ditas hierarquias dos sujeitos. O que influencia na difusão das informações. Quem compõe essas aldeias produz e dissemina as mensagens adiante. Deste modo, "no espaço digital, a aldeia é a rede e a rede é a mídia" (RECUERO, 2012, p. 6). As redes sociais online são capazes de levar informações a ambientes mais distantes e são capazes de descentralizar, produzem outras vozes e não dependem, necessariamente, de um único e mesmo porta voz, como as informações das mídias tradicionais, o que democratiza, horizontaliza o acesso e a produção de informações (RECUERO, 2012). Inicialmente, a internet possibilitou uma via democrática para discussões, mas ao mesmo tempo ela tem limitado as discussões, pois abre espaços para pequenos grupos que se tornam ilhas de opiniões homogêneas. Assim,

Cada laço estabelecido no ciberespaço é, deste modo, um canal de trânsito de informações entre sujeitos e entre coletivos. Redes sociais online constituem-se, portanto, em mídia emergente, fruto de dinâmicas coletivas dos atores na difusão de informações no espaço digital (RECUERO, 2012, p. 5).

McLuhan em 1964 já previa que os centros estariam em todos os lugares e não há espaços para margens. As informações estão dispersas e criando outras estruturas de poder. As redes sociais na internet interferem na circulação das informações. Os atores nesse meio impactam e interferem no contexto como um todo. Influenciam na massificação das mensagens e na reprodução de sentidos. Para Recuero (2012), há um comportamento cascata nessa circularidade de informações nas redes, há imitação em certos grupos, uma epidemia, visto que os sujeitos influenciam uns aos outros através das redes sociais na internet. Esse comportamento é resultado da informação gerada pelos atores e são eles quem decidem a mensagem que vai ser ou não transmitida. Mas não se tratam de hierarquias e, sim, da influência dos atores para a distribuição:

Quanto mais conectados, mais acesso à informação e maiores as chances de surgirem cascatas. Cascatas informativas podem ser positivas, quando

trazem uma informação relevante para um determinado grupo de atores, ou negativas, quando a informação é falsa (RECUERO, 2012, p. 7).

É inegável que as informações nas redes sociais online deram visibilidade a atores que tinham papéis comuns na sociedade e hoje possuem uma relação cooperativa de produção e disseminação de notícias com a era de convergência. O contraponto é a influência desses atores ao grupo a que ele propaga essas mensagens, pois ele compartilha a partir de suas crenças o que considera relevante partilhar, criando uma rede de filtragem. Conforme alinham Recuero (2012), o conector tem um papel fundamental na filtragem das informações. Afinal, aquilo que ele repassa tem maior impacto, pois sua rede é maior do que a da maioria dos demais nós. De certa forma, essa filtragem também tem uma atuação fundamental dos "nós pobres". São esses nós que proporcionam atenção para a informação recebida. Para Antoun (2004, p. 79),

a multidão de usuários formada na Internet reinventou o poder da parceria seja gerando as teias de comunicação (blogs) capazes de quebrar a invisibilidade do usuário comum nos motores de pesquisa ao criar um circuito cooperativo entre eles; seja inventando os programas que restabelecem a horizontalidade dos parceiros repartindo recursos de banda e processamento para partilhar informações.

Outra consequência desse contexto de Era Digital, é que os meios tradicionais de informações estão sendo constantemente tensionados. O poder midiático que essas esferas detinham foram descentralizados com a era de convergência, não sendo hoje os únicos porta-vozes da informação, o que culminou com a crescente pluralidade e diversificação de vozes. Estamos numa era híbrida em que os veículos midiáticos estão sendo constantemente questionados por movimentos antes silenciados. A possibilidade de troca, a circularidade e a velocidade com que as informações chegam, cruzando-se em diferentes canais comunicacionais, colaboram nesse processo. O público não precisa esperar para se informar e está mais participativo; as tecnologias estão se adaptando conforme a necessidade dos usuários nesse processo cultural; o consumo de informações tornou-se processo coletivo (JENKINS, 2009). Para este autor,

A convergência não ocorre por meio de aparelhos, por mais sofisticados que venham a ser. A convergência ocorre dentro dos cérebros de consumidores individuais e em suas interações sociais com outros. Cada um de nós constrói a própria mitologia pessoal, a partir de pedaços e fragmentos de informações. Extraídos do fluxo midiático e transformados em recursos através dos quais compreendemos nossa vida cotidiana. Por haver mais informações sobre determinado assunto do que alguém possa guardar na

cabeça, há um incentivo extra para que conversemos entre nós sobre a mídia que consumimos (JENKINS, 2009, p. 30).

Nesse sentido, a internet propiciou um espaço para a produção de conteúdo de forma independente. O consumo coletivo mudou a rota do processo. Para Jenkins (2009), a inteligência coletiva pode ser vista como uma fonte alternativa de poder midiático. Ele ainda alertou que esse poder estava sendo usado de forma recreativa dentro de nossas interações diárias, mas logo o seu uso teria propósitos mais sérios. O que não imaginávamos era a dimensão que isso teria, muitas vezes colocando em cheque a função do jornalismo, por exemplo, visto que as plataformas permitem que qualquer usuário publique informações. Na contemporaneidade, o tipo de informação a ser apurada pelos jornalistas, que precisam se dedicar a uma grande quantidade de apuração de fake news, visto que elas não são informações consideradas jornalísticas, não seguem os modelos de valor notícia e são boatos espalhados que demandam verificação constante.

A internet é um meio de propagação de notícias duvidosas. Porém, a produção dessas falsas notícias não são de total responsabilidade da “internet”, até porque ela é resultado de comportamento dos sujeitos e dos diversos meios que a produzem. A internet possibilita mecanismos para averiguação e checagem dos fatos, visto que o conceito de verdade foi estremecido com os fenômenos das fake news, opiniões e fatos circulam no mesmo tempo em meios digitais

3.2 Informação e fake news

Atualmente, muito se tem falado nas chamadas fake news, o que se intensificou após as últimas eleições americanas (2016) e cada vez mais o assunto tem sido estudado. O conceito de fake news ainda é discutido por acadêmicos da área, não se resume de forma simplista a falsas notícias e a complexidade do tema exige mais estudos sobre. As fake news, para Allcott e Gentzkow (2017, p. 213-214), são como “notícias que são intencionalmente e comprovadamente falsas, podendo enganar os leitores”. É crescente de uma parcela da sociedade a preocupação quanto ao impacto que essas notícias falsas ocasionam quando se espalham. O campo da inteligência artificial e as redes sociais na internet criaram bolhas de convivência, e passamos a interagir majoritariamente com assuntos com os quais temos predileções, havendo, assim, polarização dos assuntos. E isso

acontece em decorrência dos algoritmos que nos rastreiam e, conforme o acúmulo de dados guardados sobre os nossos gostos, conduzem-nos para uma “bolha” de informação. “Com a necessidade crescente de controle de dados, os hábitos dos usuários eram cada vez mais mapeados, como se a máquina quisesse não só entregar o que procuravam, mas também prever o que gostariam de fazer no futuro” (FAVA; PERNISA JÚNIOR, 2014, p. 1). É importante refletir o modo como os dados circulam e são armazenados nas redes, visto que muitas dessas notícias falsas têm o intuito de influenciar o leitor. É sempre necessário levar em consideração que nossos dados são monetizados, o que nós consumimos alimenta um sistema.

Conforme explica Seibt (2019), as fake news são criadas intencionalmente, circulam de modo viral, alcançando números absurdos de engajamento. No Brasil, a discussão acerca das notícias falsas é recente, porém preocupante, visto a proporção a que elas podem chegar. Segundo relatório feito em junho de 2017 pelo Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas para o Acesso à Informação (Gpopai) da Universidade de São Paulo (USP), “12 milhões de brasileiros difundem fake news sobre política nas redes sociais online” (MARTINS, 2017, s/p). Será necessário um aprofundamento nessas discussões, pois a circulação de notícias falsas era notória antes mesmo da explosão das redes sociais digitais e suas tecnologias. Muitos jornais veiculavam de forma tendenciosa e sensacionalista essas desinformações, porém, a velocidade para a refutação delas não era imediata como hoje. Exemplo disso são as teorias de que os alienígenas criaram as pirâmides do Egito, ou seja, pois era muito difícil creditar aos negros a invenção da civilização.

Por extensão, manipular o noticiário significa controlar, coagir, sugerir, induzir por meio da razão ou dos afetos. Atenderia à vontade de dominar indivíduos ou populações, orientando suas condutas. Assim, a manipulação é um complexo de controle social que contribui para a massificação das sociedades e para a emergência de indivíduos que se movem por vontades alheias as suas (CHRISTOFOLETTI, 2018, p. 60).

Para Christofolletti (2018), a manipulação é algo premeditado, seria a intervenção no percurso da informação. Deste modo, seria para atender desejos políticos particulares em relação à recepção coletiva.

As fake news podem ser consideradas desinformações, pois são criadas com o objetivo de induzir o receptor ao erro. Ainda segundo Seibt (2018), o que impacta e causa maior repercussão dessas notícias falsas são o sensacionalismo e a emoção.

Notícias falsas não são novidades, no entanto, na atualidade passaram a se propagar em maior velocidade e maior quantidade, criando um fenômeno que se relaciona com outro, a pós-verdade. Este conceito ganhou notoriedade em 2016, quando pós-verdade foi eleita a palavra do ano pelo Dicionário Oxford com o significado de “adjetivo definido como ‘relacionado a ou denotando circunstâncias nas quais fatos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que apelo à emoção e a crenças pessoais’” (ENGLISH OXFORD LIVING DICTIONARIES, s/d, s/p, tradução nossa).

As fake news são monetizadas, principalmente porque elas influenciam as questões políticas. O cunho sensacionalista é capaz de influenciar a opinião pública. Conforme Guareschi, Amon e Guerra (2017, p. 17), uma das consequências já vislumbradas é que “a comunicação em geral, tanto impressa quanto eletrônica, as redes sociais, as trocas digitais passam, sempre mais, a se tornarem um espaço quase exclusivo de antagonismo e não mais de verdadeira comunicação”. Ou seja, vivemos num campo propício para a crença nas falsas notícias e cada vez mais confiamos no que dizem do que em órgãos tradicionais da imprensa. A objetividade das notícias tradicionais perdem espaço de discussão na opinião pública para informações que são cunhadas sem o cuidado necessário das mídias tradicionais.

A própria interpretação do termo fake news como notícia falsa por si só já possui implicações, visto que as notícias são fruto do trabalho jornalístico: “as notícias são o resultado de processos complexos de interação social entre agentes sociais: os jornalistas e as fontes de informação; os jornalistas e a sociedade; os membros da comunidade profissional, dentro e fora da sua organização” (TRAQUINA, 2012, p. 174). Ou seja, há um rigor jornalístico, amparado pela apuração dos fatos. Esse fator faz com que o jornalismo atue como quarto poder na sociedade, isto é, os meios de comunicação de massa podem influenciar a opinião pública, teoricamente, em contrapartida atuam como um cão de guarda da sociedade:

O jornalismo foi definido como um preenchimento de certas funções na sociedade, ou, se preferirem, no cumprimento de papéis sociais bem precisos. A teoria democrática aponta claramente para os meios de comunicação o papel de mercado de ideias numa democracia, em que diversas opiniões da sociedade podem ser ouvidas e discutidas. A teoria democrática argumenta que o jornalismo, inicialmente deve ser um vínculo de informação para equipar os cidadãos com as ferramentas vitais ao exercício dos seus direitos e voz na expressão das suas preocupações (TRAQUINA, 2005, p. 129).

Traquina (2005, p. 200, destaque do autor) explica que “a teoria interacionista reconhece o papel do jornalismo como uma força conservadora, mas também pode constituir recurso para agentes sociais que contestam o *status quo* e os valores dominantes”. Há uma crença que condiciona o jornalismo a passar por uma relação de valores que se entrelaçam a partir do poder e da opinião pública, formando um tipo simbiótico de normas a se cumprir. Nesse sentido, “a ideologia jornalística e a sociedade fornecem igualmente um *ethos* que define para os membros da comunidade jornalística que seu papel social é informar os cidadãos e proteger a sociedade de eventuais abusos de poder”, como explica Traquina (2005, p. 202). O jornalismo atua dos dois lados, não é um campo fechado. Mantém o conservadorismo das relações de poder sobre o que informar e também é mobilizado quanto às pautas dos agentes sociais.

No entanto, apesar de o jornalismo estar bem estruturado socialmente, o acesso a ele é ainda restrito e selecionado. Não é qualquer fonte que é considerada legítima. Um dos valores do jornalismo é o compromisso com a verdade. As notícias são construções narradas para serem aplicadas em formas de acontecimentos. O sistema influencia o que pensaremos e também a forma de pensar. Nem tudo se torna evento e gera cobertura para a mídia. O valor-notícia faz parte de uma sistemática de valores próprios para filtragem do que vai ser utilizado pelos jornalistas para tornar-se uma narrativa. A notícia tem ligação direta com o acontecido e o relato do ocorrido. Wolf (2002) complementa que o jornalista não pode inventar uma notícia, ela não surge do nada, seguem orientações organizacionais, fontes institucionais, que delimitam o que vai ser noticiado. Um dos valores-notícia que se encaixam para o que estamos abordando é da relevância do interlocutor. A atenção contínua que é dada para aqueles que são considerados portavozes, e falam para nós, cria um elo de convivência, fazendo com que sintamos que estes portavozes fazem parte da nossa rotina. E Traquina (2005) também desenvolve que a função do jornalismo acaba sendo associada negativamente ao poder econômico em decorrência do sensacionalismo das notícias, com cunho apenas de monetizador, esquecendo os princípios do jornalismo. O que se intensificou ao longo dos anos com as disputas entre os meios televisivos e a abertura de novos meios de informação e entretenimento.

Conforme Traquina (2008), há uma dificuldade por parte dos jornalistas em explicar o que são as notícias e quais são os critérios para noticiabilidade. As notícias seguem um padrão graças a noticiabilidade, que é um dos critérios de valor-notícia que o grupo jornalístico compartilha entre seus membros. Para Traquina (2008, p. 63), “[...] os critérios de noticiabilidade são o conjunto de valores-notícias que determinam se um acontecimento, ou assunto, é susceptível de se tornar notícia”. O critério utilizado para tornar merecedora a matéria. Ou seja, as fake news não correspondem aos fundamentos da prática jornalística.

O processo de informação é dado pela diminuição das incertezas. Quem pergunta tem dúvida; quem tem a resposta não tem dúvida. A informação é a interpretação dos dados recebidos. Para Simões (2009, p. 17), “a informação é a resultante da percepção de dados relevantes, organizados, analisados e interpretados, levando a pessoa tomar decisões”. Se tiver um desvio na sua interpretação, ela deixa de ser informação e passa a ser erro. Mas a quem interessa desinformar? Como não relacionar o racismo na propagação dessas informações?

O racismo atravessa toda a estrutura social. Retomado as discussões anteriores sobre as representações midiáticas, é preciso levar em consideração e fazer o recorte racial para discutir no campo da comunicação. As fake news potencializam a prática de racismo e a sua impunidade. Quando uma notícia falsa é disseminada logo nos vêm à memória que as representações são reproduções de sentidos de linguagem e são reguladoras:

(...) as representações são organizadas e reguladas pelos diferentes discursos (legitimados, naturalizados, emergentes ou marginalizados) que circulam, colidem e articulam-se num determinado tempo e lugar. Logo, a construção (ou supressão) de significados, identificações, prazeres e conhecimentos – nos espaços e mercados midiáticos – envolve, necessariamente, a disputa pela hegemonia entre grupos sociais dominantes e subordinados, com consequências bastante concretas no tocante à distribuição de riquezas, prestígio e oportunidades de educação, emprego e participação na vida pública (FREIRE FILHO, 2005, p. 4).

A representação nos marca no mundo e a partir dessa estrutura nos colocamos em posição como sujeitos. A identidade se constrói a partir dos meios simbólicos. O negro não é visto de forma individual, deste modo quando é representado por esses sistemas simbólicos, é sempre uma classificação coletiva para identificar o grupo. Uma forma de negação enquanto indivíduo. Deste modo,

seleciona lugares que eles deverão se posicionar e em qual momento poderão falar. Uma forma de marcação do espaço.

A representação inclui práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentidos à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar. A representação compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem lugares os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar (WOODWARD, 2013, p. 18).

Vivemos em sistemas brancos que ditam o que é o certo e o errado. Na comunicação não seria diferente. A manipulação do imaginário e os estereótipos delegados aos negros fazem com que as notícias falsas não passem pela filtragem do questionamento e tornam-se verdades por todas as vezes que foram repetidas ao ponto de se tornarem verdades. Elas são geradas a partir de crenças e valores pré-estabelecidos.

Com a importância da mídia como um sistema de representações, as fake news nas vidas das pessoas negras têm impactos diferentes das consequências normalmente estudadas. Elas arruínam a reputação. É um fardo pesado de carregar, porque elas se espalham numa velocidade e causam impactos irreversíveis, principalmente os linchamentos virtuais. A imprensa alimenta esse campo ao tornar ausente a presença do negro em representações que não sejam subalternas e nas margens sociais. O que conecta esse pensamento de não existência é a monocultura racional. “Há produção da não existência sempre que uma dada entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível, ou descartado de um modo irreversível”. (SANTOS, 2002, p. 246). Tornar-se presente é tornar discutível, ou seja, disputar poder, contrapor as estruturas hegemônicas.

3.3 Verdades sobre o caso e Marielle Franco

Segundo pesquisa inédita feita pela Universidade de São Paulo (USP)¹, as fake news relacionadas a Marielle Franco foram espalhadas pelo Whatsapp na mesma noite que ela foi executada no dia 14 de março de 2018. Sendo espalhadas

¹ Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43797257>>. Acessado em 15/06/19.

também nos dias posteriores através do Twitter e no Facebook. A pesquisa identificou os padrões de distribuição, mas não os autores dos conteúdos falsos. E constatou que mais da metade dos fake news sobre Marielle foram compartilhados em grupos da família. A base das fake news que circularam nas redes sociais afirmavam que Marielle tinha ligação com tráfico de drogas no Rio de Janeiro, que foi casada com Marcinho da VP, o famigerado traficante, e, também, que havia engravidado dele aos 16 anos.

Quem foi Marielle Franco e como ela se tornou emblemática para as fake news? Por que essa gana em destruir o legado e a imagem de Marielle Franco? Por que pessoas negras são desumanizadas ao ponto de ter que provar inocência duas vezes: enquanto vivas e depois de mortas?

Diante do fenômeno de disseminação de notícias falsas que está acontecendo mundialmente, impactando as decisões políticas e sociais, instituições jornalísticas têm elaborado estratégias para apurar a veracidade de informações disseminadas como verdadeiras junto de órgãos independentes e passaram a organizar agências de checagem a fim de combater esse fenômeno que surgiu de forma avassaladora nas redes sociais. O caso de Marielle Franco foi o estopim de quão nocivas as notícias falsas podem ser ao destruir e desumanizar ainda mais as pessoas negras. Para essa discussão apresentaremos Marielle Franco, que se definia como cria da favela da Maré. Era socióloga formada pela PUC-Rio e mestra em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Sua dissertação de mestrado teve como tema a Unidade Polícia Pacificadora do RJ, sendo intitulada “UPP: a redução da favela a três letras”.

Marielle coordenou a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), ao lado de Marcelo Freixo. Tinha 39 anos e havia sido eleita Vereadora da Câmara Municipal do Rio de Janeiro pelo PSOL (Partido Socialista). Mulher, negra, mãe, favelada, Marielle Franco foi a quinta vereadora mais votada no Rio de Janeiro nas eleições de 2016, com 46.502 votos. A violência sempre foi presente em seu cotidiano, moradora de comunidade, perdeu uma amiga, vitimada pela bala perdida, numa operação entre policiais e traficantes no Complexo da Maré. Marielle fazia parte de projetos sociais nas comunidades. Mãe aos 19 anos, começou a construir sua trajetória na luta pelos direitos das mulheres, dos negros, colocando esses debates nas periferias, seu mandato

representava sonhos de uma minoria política que é maioria populacional e tinha em seus projetos um modelo de sociedade mais justa e igualitária. Marielle lutava pela vida, pela condição digna de existir.

Na noite do dia 14 de março de 2018, Marielle sofreu um ataque criminoso, e no ocorrido, ela e seu motorista, Anderson Gomes, foram executados, na região central do Rio de Janeiro, após a Roda de Conversa: Mulheres Negras Movendo Estruturas. Quinze meses se passaram e o questionamento de quem mandou matar Marielle segue sem resposta. E cada vez mais as linhas investigatórias apontam para o PM reformado Ronnie Lessa e o ex PM Élcio Vieira de Queiroz, os Agentes do Estado como executores do assassinato², pois o tipo de munição utilizada pelos assassinos de Marielle e Anderson é de uma pistola 9mm, armamento restrito a forças de segurança, e as cápsulas encontradas pertenciam a um lote da polícia federal³ vendido em 2006. O lote corresponde ao UZZ - 18, o mesmo lote utilizado na chacina ocorrida em São Paulo em 2015, onde 23 pessoas foram executadas e os autores foram Policiais Militares e Guardas Civis⁴. Mas a quem interessava a morte de Marielle Franco?

Se fossemos definir o cenário no qual o jornalismo e as mídias tradicionais se encontram poderíamos categorizá-lo como um cenário de desconfiança. Devido à mudança brusca e híbrida da comunicação, ocasionada pelo bombardeio e impulsão de informações com o formato de noticiabilidade e a forma que redes sociais estão presentes em nossa rotina ao propagá-las, recebe-las e digeri-las sem ao menos verificá-las, o jornalismo teve que criar uma brecha neste espaço, tornando-se espaço de fiscalização e combativo contra a propagação das fake news. E são através de agências de checagem, as chamadas *fact checking*, que agências de jornalismo buscam comprovar a veracidade de notícias que são, potencialmente, fake news. Sabendo que o meio entre o emissor e receptor modificou-se, é necessário combater com transparência. No próximo capítulo, apresentarei as principais agências brasileiras de checagem que foram identificadas e utilizadas para o recorte do corpus.

² Disponível em < <https://oglobo.globo.com/rio/ronnie-lessa-fala-pela-primeira-vez-na-justica-sobre-caso-marielle-23724056> > Acessado em 16/06/2019

³ Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/municao-usada-para-matar-marielle-e-de-lotes-vendidos-para-a-policia-federal.ghtml>>. Acessado em 20/06/19

⁴ Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/08/chacinas-na-grande-sp-fazem-um-ano-com-23-mortos-e-4-agentes-presos.html>> Acessado em 20/06/19

4 A TERCEIRA MORTE DE MARIELLE FRANCO

O caminho metodológico utilizado na presente pesquisa fundamenta-se no olhar qualitativo e no método Estudo de Caso. Segundo Yin (2010, p. 39), é “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de mundo real especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto puderem não ser claramente evidentes”. A compreensão do método como compatível com os objetivos buscados pela pesquisa baseia-se na concepção de Yin (2010) de que o Estudo de Caso é preferido à análise de eventos contemporâneos, mas quando não há possibilidade de manipulação dos comportamentos relevantes. Explica ainda que a presença de questões norteadoras da pesquisa voltadas para “como” ou “por que” são indicativos da pertinência do Estudo de Caso. Ou seja, no caso da presente abordagem, é pertinente para a análise de um fenômeno ocorrido no pós-morte de Marielle Franco, que é a onda de fake news que surgiu como forma de justificativa para a sua morte.

Para a realização deste estudo de caso, devido à complexidade e à dimensão do tema, utilizei as seguintes técnicas de pesquisa: pesquisa bibliográfica, pesquisa/análise documental e a análise de conteúdo, de modo que contemple as análises que foram baseadas em falsas notícias verificadas pelas agências e comprovadas como fake news nas redes sociais online. O Estudo de Caso foi o ponto de partida para que eu pudesse responder os objetivos da pesquisa.

Para Stumpf (2009), a pesquisa bibliográfica é o que antecede todo o processo do trabalho; é previamente planejado e é somente a partir dele que iniciamos o processo de identificação e a coleta teórica que irá abranger o tema a ser estudado. Existem etapas para a sua construção, que consistem na separação dos documentos, fichamentos para referências, elaboração de citações e a junção de todos os materiais que serão utilizados para escrita da pesquisa acadêmica. Essa fase é essencial para pesquisas que se utilizam de dados empíricos.

Após a leitura do material disponível, o pesquisador organiza uma sequência de ideias lógicas para formar um quadro referencial teórico e conceitual que vai lhe oferecer elementos para o modelo de pesquisa escolhido. Este quadro deve conter um conjunto de conceitos preferidos pelo pesquisador para orientar a sua pesquisa, buscados na literatura a que teve acesso (STUMPF, 2009, p. 54).

Ainda conforme o autor, “para estabelecer as bases em que vão avançar, alunos precisam conhecer o que já existe, revisando a literatura existente sobre o assunto” (STUMPF, 2009, p. 52). Por isso, devemos revisar de forma ampla o que já foi escrito sobre o assunto sobre o qual nos debruçamos.

A partir disso, foi feito um levantamento de autores majoritariamente negros e que utilizam como pauta central a discussão de raça. Autores que têm em suas obras estudos que apontem a branquitude e seus privilégios, o processo de afirmação de negritude, a representação midiática e o racismo estrutural da sociedade.

A análise documental, segundo Moreira (2009), consiste em compreender, identificar e investigar o propósito do documento escrito. Sendo uma via de mão dupla, por ser método e também técnica, ela é um fio condutor por já estar documentada e poder recriar uma memória para o desenvolvimento de novos fatos. A análise documental possibilita a pesquisa paralela, o que torna a procedimento confiável, pois as fontes referenciais precisam ser identificadas. Na descrição da autora,

A análise documental processa-se a partir de semelhanças e diferenças, é uma forma de investigação que consiste em um conjunto de operações intelectuais que têm como objetivo descrever e representar os documentos de maneira unificada e sistemática para facilitar a sua recuperação (...) funciona como expediente eficaz para contextualizar fatos, situações, momentos. Consegue introduzir novas perspectivas em outros ambientes, sem deixar de respeitar a substância original dos documentos (MOREIRA, 2009, p. 276).

Por isso a importância acerca da análise documental: a possibilidade de dar continuidade na história já escrita, possibilitando detalhar suas especificidades.

4.1 Procedimentos de coleta

A partir de publicações sobre os estudos dos fenômenos contemporâneos das fake news e os artigos publicados acerca do tema, foi possível analisar a periculosidade que as notícias tendenciosas causam na vida das pessoas e como podem impactar negativamente, colocando em dúvida a reputação desse sujeito na sociedade, esta que estruturalmente é institucionalmente racista. Ou seja, o peso que as fake news tem perante vidas negras é diferente do peso para pessoas brancas.

Lembrando que a sociedade foi estruturada institucionalmente em práticas culturais racistas, as fake news tendem a naturalizar esses discursos. Conforme Almeida (2018, p. 50, grifos do autor), “o racismo como ideologia *molda o inconsciente*”. Logo a vida política e cultural dos sujeitos são feitos a partir do imaginário construído, e esses seguem padrões de divisões raciais, constituída no subconsciente desses indivíduos. E a todo momento as práticas sociais são reforçadas pelos meios de comunicação e a indústria cultural. O autor ainda reforça que a realidade que nos apresentam nos programas de televisões são representações do imaginário social racista em relação às pessoas negras. “A ideologia é, antes de tudo, uma prática”, e só existe por estar sustentada em práticas sociais que as naturalizam (ALMEIDA, 2018, p. 51).

As notícias falsas espalhadas sobre vidas negras reproduzem muitas vezes como forma de justificativa para ações praticadas contra essas vítimas, principalmente quando envolvem agentes do Estado. E, no caso Marielle Franco, houve um movimento de criminalização da vítima após a morte como forma de justificativa da sua execução e naturalização de sua morte, o que nos faz refletir e questionar o que está por trás dessa onda de boatos utilizados para deslegitimar o que Marielle Franco era, significava, os motivos pelos quais lutava. Marielle, antes de ser executada, estava desempenhando um combatente papel político no Estado do Rio de Janeiro. Uma mulher negra defensora dos Direitos Humanos que denunciava a violência policial cometida nas periferias do Rio de Janeiro em decorrência das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). Recentemente havia sido nomeada como relatora da Comissão da Câmara de Vereadores, onde acompanharia esse processo de intervenção federal nas favelas do Rio de Janeiro.

Sua vida foi brutalmente interrompida dia 14 de março de 2018, horas após sua participação no evento Roda de conversa: Mulheres negras Movendo Estruturas, no qual ela e seu motorista Anderson Gomes foram executados a tiros no centro da cidade do Rio de Janeiro, área de intervenção militar⁵. Para além disso, Marielle não foi somente atacada fisicamente, o que resultou em sua execução. Dias após sua morte, ela foi atacada virtualmente em forma de fake news, e o objetivo dessa viralização de notícias falsas tentaram esvaziar a potência e a figura política

⁵ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/15/politica/1521080376_531337.html>. Acessado em 15/06/19.

que ela representava, tornando sua execução mero resultado de causa e consequência das pautas que ela lutava e defendia.

Para isso, iniciei o procedimento de coleta de imagens/notícias em dezembro de 2018. Esta foi a primeira fase da pesquisa documental. O levantamento iniciou a partir da palavra-chave Marielle Franco. Essa busca iniciei nas redes sociais de internet, tendo como plataforma de análise o twitter, o facebook e blogs, e neles encontrei imagens e comentários que associavam Marielle Franco ao tráfico de drogas, ao traficante Marcinho da VP, além de defensora de bandidos e favelada. Para a análise de conteúdo destes documentos, conforme afirma Bardin (2011, p. 42), entende-se como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

A partir desse método de pesquisa será possível analisar dentro do discurso das postagens as informações relevantes a esse estudo, pois, para Bardin (2011, p. 14), “[...] por detrás do discurso aparente geralmente simbólico e polissêmico esconde-se um sentido que convém desvendar”. E são esses discursos presentes nessas postagens/manchetes que quero verificar, e, para certificar o teor dos conteúdos, busquei por apurações de agências de checagem, como será explicado no próximo item.

Para o corpus do presente estudo, foi feito um levantamento de materiais em duas agências de checagem (fact-checking) e uma que tem função de desmentir boatos (debunking) de manchetes/postagens que circularam nas redes sociais digitais, que atacavam a reputação de Marielle Franco. O que motivou a escolha por essas agências, que serão descritas a seguir, foi a transparência em suas verificações e indicações publicadas por estudiosos, como a doutora Taís Seibt, a respeito dos fenômenos das fake news.

Foram três agências brasileiras, sendo duas dessas agências reconhecidas por órgãos mundiais que combatem a onda das fake news, como a *Lupa* e *Aos fatos*. E uma terceira agência denominada *Boatos.org*, no qual se dedica a desmentir boatos espalhados na internet. Dentre os materiais verificados pelas agências⁶, foi

⁶ Disponível em: <<https://www.boatos.org/politica/marielle-franco-ex-marcinho-vp.html>>. Acessado em 15/06/19.

revelado que Marielle não foi casada com Marcinho VP, muito menos engravidou aos 16 anos. A foto que foi espalhada como justificativa da suposta união matrimonial entre ela e o traficante, sem se quer ambos serem as pessoas da foto, foi desmascarada a partir da imagem original revelada. E também ela não foi eleita pelo Comando Vermelho⁷. As notícias coletadas foram comprovadas como falsas por essas agências e mesmo depois de checadas continuaram a ser disparadas nas redes sociais.

4.2 As agências de checagem e as respectivas apurações sobre fake news de Marielle Franco ou a ela relacionadas (Delimitação do corpus)

A seguir a breve contextualização histórica das agências selecionadas. As informações contidas foram descritas conforme o conteúdo disponibilizado em suas plataformas online, assim como a descrição das metodologias e procedimentos utilizados para a verificação dos assuntos que circularam em grande demanda nas redes sociais online sobre as narrativas políticas nos meios de comunicação por cada agência de checagem.

4.2.1 Agência Lupa

Conforme informações publicadas em seu website, a Lupa foi a primeira agência de notícias no Brasil a se especializar na técnica mundial de Fact-checking. Criada em 2015, é um membro verificado da International Fact-Checking Network (IFCN), rede estadunidense de monitoramento de notícias falsas. Todos os anos passam por auditorias independentes e todas as postagens mantidas em seu site são identificadas com o selo verde, e esse selo significa que as checagens foram aprovadas pelos auditores internacionais. Foi reconhecida em 2019 como uma das organizações brasileiras que seguem os princípios de transparência jornalística de acessibilidade dos conteúdos. Não utilizam fontes anônimas e disponibilizam aos leitores acesso a todo processo e consulta dos bancos de dados usados nas verificações que publica.

Tem o propósito de filtragem, e em 2017 criou o LupaEducação, em que estruturou um programa de treinamento e capacitação para estudantes e

⁷ Disponível em: <<https://aosfatos.org/noticias/nao-marielle-nao-foi-casada-com-marcinho-vp-nao-engravidou-ao-16-e-nao-foi-eleita-pelo-comando-vermelho/>>. Acessado em 15/06/19.

profissionais de qualquer área do conhecimento para que possam aprender técnicas básicas de fact-checking e debunking (desmentir boatos). Ela atua como *third party fact-checker* (verificador independente) do Facebook. O Facebook adotou essa postura mundialmente devido a influência e o impacto político das fake news através da sua plataforma online⁸. O objetivo é reduzir o alcance das notícias falsas da plataforma. O Facebook definiu parceria com a Lupa e Aos Fatos, que são membros da IFCN e outros mundialmente, para que possam verificar diariamente as postagens falsas e que ajudem a combater a disseminação de desinformações.

A agência utiliza etiquetas para classificar a veracidade da notícia e são sinalizadas conforme a manchete no site. O repórter é responsável pela checagem e a classifica após verificação dos editores. As classificações da Lupa são:

Falso: A informação está comprovadamente incorreta.

Contraditório: A informação contradiz outra difundida pela mesma fonte antes.

Verdadeiro: A informação está comprovadamente correta.

Ainda é cedo para dizer: A informação pode vir a ser verdadeira. Ainda não é.

Exagerado: A informação está no caminho correto, mas houve exagero. **Insustentável:** Não há dados públicos que comprovem a informação. **Verdadeiro, mas:** A informação está correta, mas o leitor merece um detalhamento.

De olho: Etiqueta de monitoramento (AGÊNCIA LUPA, 2015, on-line).

A metodologia utilizada pela Lupa consiste em oito passos, sendo: 1) Ler tudo o que foi dito sobre o assunto, consultando jornais, sites e revistas; 2) Levantar as fontes de informações públicas e dados base; 3) Utiliza da Lei de acesso à informação; 4) Assessorias de imprensa; 5) Ir a campo; 6) Contatar especialistas assim evitar erros; 7) Buscar o outro lado da informação; 8) Corrigir sempre que publicar algo errado. A agência não se utiliza de fontes anônimas, disponibiliza os links e imagens de tudo que foi usado como banco de dados para que o leitor faça sua verificação também (AGÊNCIA LUPA, 2015, on-line).

⁸ No combate aos impactos (jurídicos, sociais, políticos e econômicos) prejudiciais das notícias falsas que devido a velocidade e visibilidade que alcançam - elas tem o poder de manipular eleições, desonrar reputações por exemplo, então como forma de combate o Facebook e algumas outras redes sociais online - criaram uma rede de checagem de fatos, contando com os serviços de diversos meios de comunicação, aliados à checadores independentes [Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/05/facebook-anuncia-programa-contra-fake-news-no-ano-eleitoral.shtml>> - Acesso em 15/06/19].

4.2.2 Aos fatos

Foi criada em julho de 2015, seguindo o exemplo da agência Lupa, e tem como missão a busca pela verdade no mundo da política. A equipe é composta por jornalistas que acompanham declarações políticas e figuras de expressões nacionais, de diversas posições partidárias, de modo a verificar se o que está sendo discursado é verdade. É membro verificado da International Fact-Checking Network (IFCN). Possui como critérios notícias políticas que tenham alto grau de relevância, o método jornalístico clássico de apuração de relevância de notícias que sejam de debates públicos. As postagens são classificadas por selos e cada selo possui um significado:

O emprego do selo VERDADEIRO é simples: a declaração é condizente com os fatos e não carece de contextualização. Quando a afirmação recebe o selo IMPRECISO, significa que necessita de contexto para fazer sentido. Ou seja, em alguns cenários, é possível que a declaração em questão não se aplique. O selo EXAGERADO é para aquelas declarações que não são totalmente mentirosas, mas que têm pouco amparo na realidade. Também são destinadas a afirmações sobre as quais faltam dados que atestem sua veracidade. Se uma afirmação é mentirosa, ela recebe o selo FALSO. É simples. Basta que os dados disponíveis a contradigam de forma objetiva. O selo INSUSTENTÁVEL se aplica àquelas declarações cujas premissas não podem ser refutadas nem confirmadas. Ou seja, serve para quando não há fatos que sustentem a afirmação. O selo CONTRADITÓRIO é usado quando o conteúdo da declaração checada é objetivamente oposto ao de uma afirmação anterior atribuída à mesma pessoa ou instituição que ela representa (AOS FATOS, s/d, on-line).

A metodologia para checagem consiste em:

- 1) Selecionamos uma declaração pública a partir de sua relevância.
- 2) Consultamos a fonte original para checar sua veracidade.
- 3) Procuramos por fontes de origem confiável como ponto de partida.
- 4) Consultamos fontes oficiais, para confirmar ou refutar a informação.
- 5) Consultamos fontes alternativas, que podem subsidiar ou contrariar dados oficiais. Registramos, de modo acessível, no texto.
- 6) Contextualizamos.
- 7) Classificamos a declaração com uma das seis categorias: verdadeiro, impreciso, exagerado, falso, contraditório ou insustentável (AOS FATOS, s/d, on-line).

Ela incentiva aos leitores a enviarem notícias para checagem. É transparente quanto aos sistemas de doações financeiras e essas informações estão explícitas na página da organização. Além disso, atua junto da agência Lupa como *third party fact-checker* (verificador independente), onde têm acessos às notícias na rede social do Facebook e faz o processo de verificação das postagens (AOS FATOS, s/d, on-line).

4.2.3 Boatos.org

Criado em 2013, a página é composta por jornalistas que buscam a verdade. Conforme descrição do website, tem a função de compilar mentiras online, onde prestam serviços ao usuário de internet ao desmistificar os assuntos criados. Qualquer pessoa pode mandar o assunto para checagem. Utilizam da hashtag *#boatos* para as informações desmentidas. Tem a estética de um blog, busca anunciantes e parceiros financeiros. A metodologia consiste em desmentir boatos, o que seria mais próximo conceituar conforme a língua inglesa como *debulking* (Boatos.org, s/d, on-line).

4.3 Análise dos materiais verificados pelas agências e selecionados para estudo

Para a delimitação do corpus, foram analisados a materialidade de conteúdo comprovadamente classificados como falsos a partir da verificação feita pelas três agências de checagem do presente estudo. Abaixo estão as agências Lupa e Aos fatos, que fizeram verificações de notícias a respeito da Marielle Franco, e a Boatos.org, que desmentiu o conteúdo espalhado para invalidar a imagem da mesma.

No site da Agência Lupa digitei a palavra Marielle Franco e nele encontrei o total de 25 notícias relacionadas a ela. A partir dessa contagem, filtrei todas aquelas que foram comprovadas como notícias falsas espalhadas e que tinham o objetivo de atacar a Marielle Franco. Esse processo culminou no quadro nº 1 da Agência Lupa, que está construído a seguir, onde obtemos 09 notícias classificadas como fake news, tendo uma exceção, de não ser notícia falsa, no qual aconteceu realmente. E ela envolve o atual governador do Estado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC - Partido Social Cristão) e membros do partido do PSL (Partido Social Liberal), como os deputados Daniel Silveira e Rodrigo Amorim, eleitos em 2018. O que chamou atenção nessa manchete foi que esses homens vociferavam discursos de ódio contra Marielle Franco e o que ela representava. Quebraram a placa que estava escrito o nome dela, mais uma vez desumanizando e deixando explícita a posição ideológica que eles seguiam, sugerindo que Marielle era o oposto do viés que eles

representam, tornando a morte de Marielle algo naturalizado e que não merecedor de atenção.

Para a elaboração dos quadros das agências, foram selecionadas fake news que foram verificadas e classificadas como falsas, aquelas que atacam a figura da Marielle Franco. Para isso, cada quadro tem a identificação da agência e a breve descrição levantada sobre ela, a data da publicação verificada, o título da manchete utilizado pela agência, a descrição resumida em relação a manchete, a tag utilizada para a busca no site, a classificação recebida sobre o que foi publicado e o link disponível para o acesso.

Quadro 1 - Descrição do levantamento inicial nos sites das agências - Agência Lupa

Lupa - Agência de Checagem				
Data da postagem	Título da manchete	Breve descrição	tags	Comentário
20/05/19	#Verificamos: É falso que filho de motorista de Marielle não receberá pensão após a morte do pai	Circula nas redes sociais que o filho de Anderson Pedro Gomes, motorista da vereadora Marielle Franco (PSOL), não teria direito à pensão do INSS usualmente paga a filhos de segurados após sua morte. A justificativa é que Anderson não trabalhava com carteira assinada.	Marielle Franco;	Classificada como falsa notícia. É fake news.
10/05/19	#Verificamos: É falso que deputada tenha confundido atriz de Game of Thrones com Marielle	Circula nas redes sociais uma foto da deputada Erika Kokay (PT-DF) com um cartaz perguntando “quem mandou matar Marielle” ilustrado com foto da atriz Nathalie Emmanuel, que interpreta a Missandei em Game of Thrones.	Marielle Franco;	Classificada como falsa notícia. É fake news.

01/04/19	#Verificamos: É falso que Thiago Macaco foi identificado como assassino de Marielle	Circula nas redes sociais que Thiago Bruno Mendonça, também conhecido como Thiago Macaco, teria sido identificado como assassino da vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ).	Marielle Franco;	Classificada como falsa notícia. É fake news.
28/03/19	#Verificamos: Suspeito de assassinar Marielle Franco não é filiado ao PT	Circula em redes sociais que "o assassino" da vereadora Marielle Franco seria filiado ao PT.	Marielle Franco;	Classificada como falsa notícia. É fake news.
22/03/19	#Verificamos: É falso que digitais de assessora de Marielle foram achadas no carro dos assassinos da vereadora	Circula em redes sociais a "informação" de que impressões digitais de uma das assessoras de Marielle Franco (Psol) foram encontradas na maçaneta da porta do carro utilizado pelos assassinos da vereadora.	Marielle Franco;	Classificada como falsa notícia. É fake news.
20/03/19	#Verificamos: É falso que PSOL tenha se reunido com a CNBB para discutir 'canonização de Marielle'	Circula nas redes sociais a 'informação' de que o PSOL marcou reunião com a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para discutir a canonização da vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ), assassinada em março do ano passado.	Marielle Franco;	Classificada como falsa notícia. É fake news.
14/03/19	#Verificamos: É montagem foto de ex-policial suspeito de matar Marielle usando camiseta de Lula	Circula nas redes sociais uma foto do ex-policial militar Élcio Vieira de Queiroz, apontado pelo Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ) como motorista do veículo usado no assassinato da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco (PSOL), vestindo uma camiseta com foto do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).	Marielle Franco;	Classificada como falsa notícia. É fake news

08/10/18	#Verificamos: é verdadeira imagem de Witzel ao lado de deputados que quebraram placa com o nome de Marielle Franco	Circula nas redes sociais uma imagem do candidato ao governo do Rio de Janeiro Wilson Witzel (PSC) ao lado dos deputados do PSL que quebraram placa de rua com o nome da vereadora Marielle Franco (PSOL), assassinada em março deste ano.	Marielle Franco;	É verdadeira. Não é Fake news
14/04/18	Usuários que espalharam boatos sobre Marielle mantêm tuítes no ar	Há exatamente um mês, a vereadora <u>Marielle Franco</u> (PSOL) foi brutalmente assassinada no centro do Rio de Janeiro. Seu motorista, Anderson Gomes, também perdeu a vida. O crime, ainda sem solução, teve repercussão mundial, assim como a avalanche de informações falsas que o sucedeu.	Marielle Franco	notícias falsas verificadas.
19/03/19	Marielle: desembargadora, deputado e pastor não checaram antes de postar. E era bem fácil...	Nos últimos dias, as redes sociais foram inundadas por mentiras sobre o passado da jovem política. Algumas delas foram compartilhadas por pessoas que, depois, resolveram explicar por que tinham agido daquela maneira, revelando um roteiro típico da disseminação de informações falsas. Algo que todos podem facilmente evitar.	Marielle Franco;	Fake news comprovadas

Fonte: Elaborado por Caroline Santos (2019) a partir de informações disponíveis nos sites das Agências.

Para criar o quadro nº 2 do Aos Fatos, o procedimento foi o mesmo utilizado para a agência Lupa: o nome de Marielle Franco foi utilizado como palavra-chave, porém o site não tem uma busca específica, tive que checar na plataforma online conforme os selos utilizados na barra do site onde classificam as checagens feitas pela organização. Obtivemos o total de 10 notícias relacionadas a Marielle Franco. A partir delas, levantei apenas as que foram utilizadas para atacar a imagem da mesma, o que resultou no Quadro 2, contendo uma fake news que foi verificada e comprovada falsa, e ela engloba as principais notícias falsas utilizadas para atacá-la,

como a suposta gravidez aos 16 anos, o falso casamento com Marcinho VP, o traficante, e Marielle ser eleita pelo Comando Vermelho (CV).

Quadro 2 - Descrição do levantamento inicial nos sites da Aos Fatos

Aos fatos - Plataforma de Checagem				
Data da postagem	Título da matéria	Breve descrição	Tags	Comentário
17/03/18	Não, Marielle não foi casada com Marcinho VP, não engravidou aos 16 e não foi eleita pelo Comando Vermelho.	Uma série de informações falsas circulam nas redes sociais desde a morte da vereadora carioca Marielle Franco (PSOL) na noite da última quarta-feira (14). Uma corrente de WhatsApp reproduzida pela desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro Marília Castro Neves e um <i>tweet</i> do deputado federal Alberto Fraga (DEM-DF) replicaram o boato de que Marielle foi casada com um traficante e tinha associação com o crime. O <i>tweet</i> do deputado foi deletado, mas o estrago já estava feito: nada disso é verdade.	Foi necessário buscar no google o nome da agência relacionado ao nome de Marielle, exemplo: "Aos Fatos Marielle Franco"; A página não possui ferramenta de busca exata para filtragens encontramos assuntos notícias sobre Marielle pelas categorias do site.	falso

Fonte: Elaborado por Caroline Santos (2019) a partir de informações disponíveis nos sites das Agências.

Para o último quadro de nº 3, que diz respeito ao levantamento inicial das notícias feitas pelo Boatos.org, o procedimento iniciou pela palavra-chave Marielle Franco no site. A partir dessa filtagem, apareceram 20 boatos que foram reproduzidos em correntes de grupos de WhatsApp e redes sociais online, como Facebook, Youtube, blogs etc. Dentre esses boatos, foram levantadas 14 fake news, que foram espalhadas para culpabilizar de alguma maneira a Marielle Franco pela sua própria execução.

Quadro 3 - Descrição do levantamento inicial no site do Boatos.Org

Boato.Org - Desmentir boatos				
Data da postagem	Título da matéria	Breve descrição	tags	Comentário
05/05/19	Marielle Franco estava engajada com bandidos e foi morta por traficantes #boato	Desembargadora descobriu que Marielle Franco estava engajada com bandidos. E ela, na realidade foi morta pelo traficante Thiago Macaco e por Brazão.	Marielle Franco	Comprovado como boato
25/03/18	Padre Zezinho compara Marielle Franco com professora Heley de Abreu #boato	Boato que o Padre Zezinho fez uma comparação entre a vereadora Marielle Franco ("heroína da Globo") e a professora Heley de Abreu ("Heroína do Povo).	Marielle Franco	Comprovado como boato
22/03/18	Marielle Franco era filha do traficante Fernandinho Beira-Mar #boato	A verdade finalmente foi descoberta. A vereadora da cidade do Rio de Janeiro Marielle Franco, assassinada no dia 14 de março de 2018 era filha de Fernandinho Beira-Mar.	Marielle Franco	Comprovado como boato
18/03/18	Assassinato de Marielle Franco gerou onda de fake news; confira 7 boatos	Após o assassinato da vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco, a internet não parou de criar histórias sobre ela, desde casada com traficante, Fotos com traficante, eleita pelo Comando Vermelho, vídeo de Marielle defendendo bandido, pastor denunciou a morte de médica, antropólogo atacando Marielle e acharam o culpado do crime.	Marielle Franco	Comprovado como boatos

17/03/18	Vídeo mostra Marielle Franco defendendo bandido e discutindo com Carlos Jordy #boato	Marielle Franco aparece em vídeo discursando em prol de bandidos e discute com o vereador Carlos Jordy em seção da Câmara.	Marielle franco	Comprovado como boato
17/03/18	Vereadora Marielle Franco foi eleita pelo Comando Vermelho #boato	A vereadora do Rio de Janeiro Marielle Franco (PSOL) foi eleita pelo Comando Vermelho. Morte foi causada porque defendia facções rivais em Aracari.	Marielle Franco	Comprovado como boato
17/03/18	Marielle Franco era ex-mulher de Marcinho VP e engravidou dele aos 16 #boato	A vereadora Marielle Franco era ex-mulher do traficante Marcinho VP. Ela, inclusive, engravidou dele aos 16 anos de idade.	Marielle Franco	Comprovado como boato
17/03/18	Antropólogo Sandro Silva escreve texto com críticas a Marielle Franco	O antropólogo, sociólogo e defensor dos direitos humanos Sandro Silva não escreveu um texto falando que a vereadora Marielle era ultraesquerdista e tinha ideias nefastas e tortas.	Marielle Franco	Comprovado como boato
07/04/19	Descobriram que Brazão (Brasão) é o mandante da morte de Marielle e o PSOL ficou calado #boato	Depois que descobriram que o assassino de Marielle Franco é o ex-deputado Domingos Brazão (Brasão).	Marielle Franco	Comprovado como boato
25/03/19	Filho de motorista Anderson Gomes não recebe pensão porque Marielle não assinou carteira #boato	Notícia falsa informando que somente a filha de Marielle iria receber pensão por morte. Já que ela não assinou a carteira de Anderson.	Marielle Franco	Comprovado como boato

19/03/19	Freixo chamou mãe de Marielle para falar sobre união estável da namorada #boato	Tentam invisibilizar a sexualidade de Marielle e pregar moralismo ao afirmar que Freixo tentou fazer com que a mãe reconheça a relação estável de Marielle. O casamento de Marielle havia sido consumado antes de ela ser eleita.	Marielle Franco	Comprovado como boato
13/03/19	Assassino de Marielle é flagrado com a camisa de Lula.	O assassino de Marielle era petista, isso a Globo não mostra.	Marielle Franco	Comprovado como boato
06/06/18	Assassino de Marielle é descoberto! É Thiago Macaco, preto, pobre e traficante.	O assassino de Marielle foi encontrado e não é branco, nem policial, era uma vítima da sociedade.	Marielle Franco	Comprovado como boato
07/05/18	Lei Marielle, que prevê cota de 20% para menores infratores em concursos públicos.	Projeto de lei de autoria da Marielle Franco destina 20% das vagas de concurso Público a menores infratores foi aprovado na Câmara de Vereadores.	Marielle Franco	Comprovado como boato

Fonte: Elaborado por Caroline Santos (2019) a partir de informações disponíveis nos sites das Agências.

4.4 Categorização teórica e temática

Para a análise do conteúdo das publicações verificadas pelas agências, farei uso do tipo de análise chamado análise categorial, a qual “[...] pretende tomar em consideração a totalidade de um texto, passando-o pelo crivo da classificação e do recenseamento, segundo a frequência de presença (ou de ausência) de itens de sentido” (BARDIN, 2011, p. 36).

Com os dados obtidos pela filtragem do corpus, tornou-se possível a elaboração de categorias condizentes com o referencial teórico proposto nos capítulos 2 e 3. Para Bardin (2011), “As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos”. E, a partir das categorias teóricas, consegui

filtrar as categorias temáticas, que foram descritas conforme a análise das unidades de codificação (categoria), utilizando palavras-temas, que se tornaram chaves para análise. Bardin (2011, p. 127) explica que:

[...] a classificação das palavras faz-se ao nível de conceitos chaves ou títulos conceituais. Cada um dos conceitos chave reúne certo número de unidades de significação (palavras, fórmulas, frases) e representa uma variável da teoria do analista. Os conceitos chave são, portanto, intermediários entre a teoria (construída) e os dados verbais (brutos).

Deste modo, as unidades de codificação são resultados das categorias temáticas, que trouxeram de forma qualitativa a intersecção das palavras-temas de cada categoria presente no quadro nº 4: “[...] A importância de uma enumeração das unidades de registro aumenta com a frequência da aparição” (BARDIN, 2011, p. 10). Para a descrição do quadro nº 4, foram feitas análises prévias e pesquisa de material, e, a partir disso, a conclusão e interpretação do que foi coletado.

4.4.1 Descrição das categorias

O levantamento geral do conteúdo filtrado dos quadros 1, 2 e 3 das agências possibilitou a identificação de quatro categorias teóricas. A primeira leitura analítica teve como ponto de partida categorias teóricas, com base nos conceitos estudados nos capítulos 2 e 3 do presente trabalho: Branquitude, Racismo, Identidade e Representações simbólicas. A partir dessa leitura, identifiquei dez categorias temáticas que se interseccionam a partir das quatro categorias teóricas, sendo elas: Poder, Criminalização da favela, Vitimista, Criminalização, Radicalismo, A Santa Marielle, Partidarismo, “Lutadora”, Diferença, e, Defensora de bandidos. A natureza destas categorias tem o objetivo de evidenciar empiricamente as formas como a Marielle é ofendida/descrita nas fake news.

O quadro nº 4 sistematiza essas categorias, bem como descreve trechos das fake news que evidenciam as categorias citadas e identifica a frequência que foram reportadas nas agências de verificação. Esse quadro só foi possível ao analisar as manchetes sobre a Marielle Franco que foram classificadas e verificadas como fake news pelas agências.

Quadro 4 - Categorias encontradas a partir do levantamento inicial das notícias nos sites de verificação: A Lupa, Aos Fatos e Boatos.Org

Categorização do conteúdo das fake news analisadas			
Categorias Teóricas	Categorias Temáticas	Descrição resumida do conteúdo verificado	Agências
Branquitude	Poder	“Esses vagabundos, eles foram na Cinelândia, e à revelia de todo mundo, eles pegaram uma placa da Praça Marechal Floriano, no Rio de Janeiro, e botaram uma placa escrito Rua Marielle Franco”.	A lupa
	Criminalização da favela	“Ela, mais do que qualquer outra pessoa ‘longe da favela’ sabe como são cobradas as dívidas pelos grupos entre os quais ela transacionava”.	A lupa; Boatos.org Aos fatos
		“E ela foi eleita pelo Comando Vermelho. A favela bancou ela. O tráfico, o tráfico bancou ela, o tráfico colocou ela lá dentro”	Aos fatos; A Lupa; Boatos
Racismo	Vitimista	“Assassino foi descoberto! Não é PM, não é branco. É ligado ao TRÁFICO. A Mídia não fala mais de Marielle. Por que? Marielle foi morta por Thiago Macaco, negro, de origem pobre e bandido. Onde está o branco racista, policial e homofóbico que a esquerda e a Globo inventaram?”	A Lupa; Boatos.org
		“engravidou aos 16 anos, ex-esposa do Marcinho VP, usuária de maconha, defensora de facção rival e eleita pelo Comando Vermelho, exonerou recentemente 6 funcionários, mas quem a matou foi a PM”.	A lupa; Boatos.org Aos fatos
		“Qualquer coisa diversa é mimimi da esquerda tentando agregar valor a um cadáver tão comum quanto qualquer outro”.	Boatos.org; Aos fatos; A Lupa
Identidade	Criminalização	“engravidou aos 16 anos, ex-esposa do Marcinho VP, usuária de maconha”.	A lupa; Boatos.org Aos fatos;
		“Ex-esposa do Marcinho VP”; “Eleita pelo Comando Vermelho”.	A lupa; Boatos.org Aos fatos;

	Radicalismo	“Marielle [...], pregava o ódio, separação das pessoas, tanto brancas quanto negras, mulheres e homens”.	Boatos.org
Representações Simbólicas	A santa Marielle	“A filha de Mariele vai ganhar pensão até seus 21 anos. E o filho do motorista? Não! A santa Marielle não assinou a carteira dele;	Boatos.org. A lupa;
	Partidarismo	“Engraçado. Depois que foi descoberto que o assassino de Marielle era do PT, parece que finalmente ela morreu. Ninguém fala mais nada”.	A lupa;
	“Lutadora”	“A questão é que a tal Marielle não era apenas uma ‘lutadora’, ela estava engajada com bandidos! Foi eleita pelo Comando Vermelho e descumpriu ‘compromissos’ assumidos com seus apoiadores”.	A Lupa; Aos Fatos; Boatos.org
	Vitimista	“engravida aos 16 anos, ex-esposa do Marcinho VP, usuária de maconha”. “Eleita pelo Comando Vermelho”	A lupa; Aos Fatos; Boatos.org
	Diferença	“Heley professora, que ganha menos que a vereadora, que morreu queimada para salvar seus alunos nem filme vai ganhar. E que ela apoiava policiais, a favor do cidadão de bem. Não ganhou visibilidade tanto quanto Marielle”.	Boatos.org
	Defensora de bandidos	“Marielle tinha “ideias nefastas e tortas”, defendia a doutrinação da esquerda, pregava o ódio, separação das pessoas, tanto brancas quanto negras, mulheres e homens”.	Boatos.org

Fonte: Elaborado por Caroline Santos (2019), a partir da análise das Fake news apuradas pelas Agências.

A seguir explicarei como cheguei a estes resultados categóricos teóricos e o caminho para a sistematização da categoria temática.

4.4.2 Categorias temáticas: Poder e criminalização da Favela

Para discorrer sobre a categoria teórica à qual estas categorias temáticas estão relacionadas, a **Branquitude**, partirei das observações de Fanon (2008), no qual ele problematiza a construção imaginada que a branquitude impôs aos negros de estereotipização e conceituações negativas. E também como essa relação

impacta sistematicamente naquele que é oprimido. A branquitude foi estruturada na ótica de superioridade branca e as estruturas institucionais a legitimam para que a perpetuação dessas práticas e reprodução dos discursos permaneçam. Du Bois (1920) reforça que as desigualdades, a falta de oportunidades e direitos da população negra estão diretamente relacionadas ao privilégio e à identidade racial do branco. Deste modo, a fuga dos negros por “máscaras brancas” faz parte das condições impostas de formas simbólicas pela branquitude para que sejam aceitos (FANON, 2008), pois, no subconsciente, o único caminho é o branqueamento daqueles que não são brancos. A branquitude têm privilégios sócio-históricos e/ou simbólicos frente aos não brancos. Detém o modelo de humanização, a desigualdade racial e a exclusão, mas isso não é suficiente para despertar nos brancos a noção dos privilégios e posições que ocupam. E como complementa Eddo-Lodge (2017, p. 93), “o privilégio é a ausência das consequências negativas do racismo”.

Deste modo, percebi as categorias temáticas **Poder e Criminalização da favela** e como elas discursam contra Marielle Franco. Nelas, temos o exemplo de figuras públicas exercendo o privilégio da branquitude, vemos também a legitimação e naturalização do racismo por parte delas. Para a construção da temática do poder, apresentarei a seguir a Figura 1, abaixo, um conteúdo no qual os atores do contexto quebraram a placa e discursaram palavras contra Marielle e pelo o que ela lutava. A imagem causou impacto nas redes sociais. A imagem foi verificada pela Lupa e ela não é fake news, comprovadamente aconteceu. Além de ser um ato desumano, fortalece o processo simbólico de desumanização de Marielle Franco, visto que a sua execução ainda segue sem desfecho. A imagem foi verificada pela Lupa e ela não é fake news, comprovadamente aconteceu.

Figura 1 - Categoria teórica de Branquitude



Fonte: Agência Lupa - foto: Facebook/reprodução. Acessado em 16/06/19.

Ao quebrarem a placa, zombavam e vociferavam dizeres contra o nome de Marielle Franco. O que deixa explícito o poder e a posição hierárquica que os homens brancos presentes na ação ocupam. Pode-se ver como sua morte foi usada como palanque e espetáculo por parte desses homens. Eles deveriam se comportar como figuras políticas, visto que foram eleitos democraticamente a partir da legitimidade da Constituição Federal, são eles os deputados do PSL Rodrigo Amorim, Daniel Silveira e o então atual governador do Estado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC).

Nessa categoria, também encontrei a categoria temática **criminalização da favela**, visto que as notícias que foram espalhadas, todas, tinham o cunho de justificar a morte de Marielle Franco como se fosse algo já esperado. Ou seja, o velho discurso elitista de que: “quem vive e convive na favela, é nesse espaço que morre”. Conforme pontua Mbembe (2016), para a execução da política de morte, é fundamental reforçar o discurso de inimigo político da sociedade, enfatizando que sua existência coloca em risco a segurança ao restante da população, pois deste modo terá uma justificativa para prosseguir com o extermínio do outro. Há uma espécie de seleção “natural”: quanto mais desigual a situação social, mais aqueles

que não convivem sob essas condições naturalizam a operação da violência com o outro.

O próximo exemplo (figura 2) teve um peso diferenciado, pois quem o exclamou foi a então desembargadora Marília Castro Neves, que representa uma instituição de justiça, parte da estrutura institucional branca, e que coloca em dúvida, com suas palavras, o caráter de Marielle. Trata-se de uma opinião carregada de preconceitos exclamados a partir de uma falsa foto espalhada que ligava Marielle ao traficante Marcinho da VP. A magistrada conclui que devido às escolhas da vereadora em defender “bandido” e também pela sua familiaridade com as comunidades periféricas e pelas causas que lutava, ela pagou com sua vida. Tal opinião expressa bem o imaginário do sistema judiciário, que é alimentado de forma massiva pela mídia, essa que mantém o papel regulador e produtor de estereótipos para representar a imagem dos negros. A justiça se mostra seletiva, principalmente quando os envolvidos, seja diretamente ou indiretamente, não descendem de sobrenomes europeus e tem a pele cor da noite. A pré-sentença é dada antes mesmo da concretude das acusações.

Figura 2 - Foto de suposta Marielle Franco sentada no colo do suposto Marcinho VP

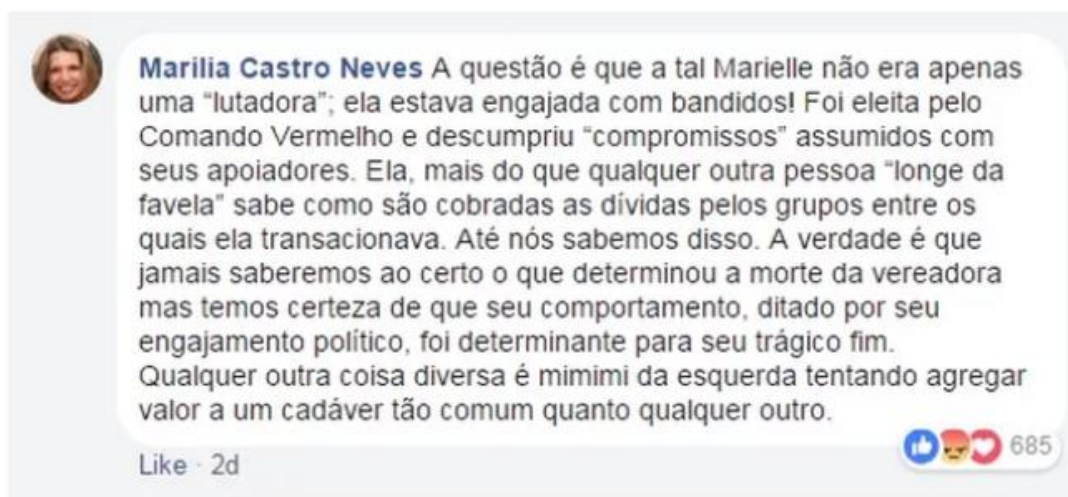


Foto é espalhada como se nela estivessem Marielle e Marcinho VP — Foto: Reprodução

Fonte: Reprodução/Aos fatos. Acesso em 16/06/2019

A desembargadora coloca-se como um sujeito que tem um olhar de fora da comunidade e, mesmo assim, sabe como funcionam as regras do crime. Na Figura 2, verificada pela Agência Aos fatos e comprovada como falsa, trouxe a imagem que foi espalhada nas redes sociais online, a partir dessa fake news que influenciou a constatação do comentário da desembargadora Marília Castro a respeito do assassinato de Marielle Franco. O comentário está representado na figura 3.

Figura 3 Comentário da desembargadora em postagem do Facebook contra a comoção sobre a morte de Marielle Franco



Fonte: Reprodução / A Lupa - Acesso em 16/06/19

A desembargadora, enquanto mulher branca, deixa nítido no seu discurso o seu poder de classe e o privilégio branco ao generalizar que pessoas das comunidades estão ligadas ao tráfico, pois afirma que o eleitorado de Marielle era ligado à facção do Comando Vermelho⁹ (CV). Discursa que até ela, podemos interpretar como mulher branca, com acesso a todos os tipos de espaços acadêmicos e sociais, oriunda de família e prestígio, que não precisou viver em condição insalubre e exposições as mais diversas condições de vulnerabilidade, sem a criminalização presente nas periferias, “até ela”, que está fora das comunidades sabe que a cobrança do tráfico por descumprimento dos acordos são cobrados com a vida. Mais uma vez generalizando e afirmando que Marielle Franco transitava por esse público, o público oriundo do crime, o público periférico.

4.4.3 Categoria temática: Vitimista

Para esta categoria temática, compreendo uma articulação direta com a categoria teórica de racismo. Por isso, trouxe a perspectiva de Nascimento (2017), que coloca em debate a ideologia da democracia racial e coloca o racismo como um fator determinante na vida das pessoas negras. O autor refuta a teoria da igualdade racial, essa que invisibiliza e quer manter no silenciamento as discussões de raças.

Mantendo as posições hierárquicas que o racismo proporciona aos brancos, o racismo atravessa todas as discussões estruturais da sociedade. Ele está atrelado aos mais variados exercícios de poder perante os não brancos. A sociedade foi edificada sob o prisma racista, não atuando somente por vias institucionais, sendo também reproduzidas em práticas individuais. Almeida (2018) complementa que o racismo privilegia e reproduz padrões. Assim como Sodré (2015) e Hall (2016, p. 53), “representação é a produção do sentido pela linguagem”, o que nos faz refletir acerca do imaginário racista que atua também nas produções culturais e estabelece padrões nos meios de comunicação tradicionais. Os autores descritos anteriormente discutem sobre os meios de comunicação reforçarem e reproduzirem estereótipos e também como a linguagem também foi formulada a partir da perspectiva do imaginário branco.

Deste modo, **na categorização temática de vitimista**, as fake news verificadas pelas três agências relacionam Marielle Franco como “vitimista”. Devido a

⁹ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/13/politica/1484319135_043725.html>
Acesso em: 16/06/19.

uma fake news que se deu a partir da veiculação precipitada nos meios tradicionais de notícias e sites. Essas notícias que foram veiculadas pela imprensa concluíam que o suposto assassino do caso de Marielle, atentado que vitimou também o seu motorista, Anderson Gomes, havia sido feita pelo traficante, “Thiago Macaco”. O trecho disparado nas fake news afirma que Marielle foi morta por quem ela defendia, sendo morta por uma “vítima da sociedade”, um negro, pobre e traficante. E não foi como esperavam, por um branco, policial, cidadão de bem. Abaixo apresento exemplos das citações dessas palavras e expressões presentes na categoria de vitimização atrelada ao teórico do Racismo:

“Assassino foi descoberto! Não é PM, não é branco. É ligado ao TRÁFICO. A Mídia não fala mais de Marielle. Por que? Marielle foi morta por Thiago Macaco, negro, de origem pobre e bandido. Onde está o branco racista, policial e homofóbico que a esquerda e a Globo inventaram?” (Trecho da verificação da Lupa e Boatos.org - Acessado em 21/06/19)

“engravidou aos 16 anos, ex-esposa do Marcinho VP, usuária de maconha, defensora de facção rival e eleita pelo Comando Vermelho, exonerou recentemente 6 funcionários, mas quem a matou foi a PM” (Trecho da verificação da Agência Lupa, Aos fatos e Boatos.org - Acessado em 21/06/19)

“Qualquer coisa diversa é mimimi da esquerda tentando agregar valor a um cadáver tão comum quanto qualquer outro” (Trecho do comentário da desembargadora Marília Castro reproduzido pela Aos fatos, Agência Lupa e Boatos.org - Acessado em 21/06/19)

Além disso, podemos observar como a diferença é sinalizada nessas descrições ao sentenciar a culpa moral pela suposta gravidez na adolescência de Marielle, ao afirmar que o seu ex-marido foi o traficante Marcinho da VP e pela ligação com o consumo de entorpecentes. Discurso proferido pelo então deputado Alberto Fraga em seu twitter. O que pode ser descrito na categoria de vitimista (Figura 4). Vemos também presente novamente o discurso da Desembargadora Marília Castro. Ambos representam classes sociais opostas a de Marielle Franco. Discursos meritocráticos e que enxergam de forma generalizada aqueles que são opostos deles.

Figura 4 – Comentário do deputado federal Alberto Fraga (DEM-DF) ligando Marielle a traficantes através do Twitter



Tuíte de deputado federal foi apagado após repercussão — Foto: Reprodução/Twitter

Fonte: Reprodução/Aos fatos - Agência de Checagem. Acesso em 16/06/2019.

Segundo o Atlas da violência (2019), em 2017, 75,5% das vítimas de homicídios no país foram indivíduos negros. E mais, a juventude negra sofre um genocídio nas comunidades do país, 77% dos jovens negros executados, tinham entre 15 a 29 anos de idade. Dados estes, também levantados pela Anistia Internacional. As comunidades brasileiras são extensões do período pós-escravização. Os negros foram excluídos socialmente, nenhuma política pública foi criada na época para a reparação e inserção do negro na sociedade. O que resultou na disparidade e atraso econômico desse grupo. A pobreza no país tem raça e classe e é só uma das ramificações que a falsa abolição proporcionou. Nítido preconceito de classe, esse preconceito que o imaginário branco, deixa nas entrelinhas quem é que se encaixa nesse perfil. Reforçando o discurso do estereótipo, criminalização e a pobreza serem sinônimos do negro.

Na ausência de fatores positivos, os negativos se sobrepõem para sincronizar a figura Marielle Franco com imaginário que confirma a sua execução. Assim como sinaliza Garvey (2017, p. 67), “a propaganda é um método ou meio usado pelos

povos organizados para converter outros contra suas vontades”. Os meios de comunicação e a opinião de pessoas públicas naturalizam a prática do racismo e as estruturas. Lembrando-se da construção social dominante, eles ditam o que são os valores e a humanidade.

4.4.4 Categoria temática: Criminalização e Radicalismo

Baseado nos autores Sodré (2015), Hall (2011), Woodward (2013), Silva (2013), Gomes (2017), formulei a categoria teórica Identidade, a qual remete às categorias temáticas citadas acima. A identidade é construída a partir dos meios simbólicos e essas representações nos marcam no mundo (WOODWARD, 2013). Assim como explicita Sodré (2015), a identidade é uma construção que se valida pelo reconhecimento do outro. A identidade é interseccionada pelo meio que convive. A diferença é marcada por sistemas de representações simbólicas que excluem o “outro”, a identidade depende da diferença. Há um sistema sociocultural arbitrário de reconhecimento da identidade do outro. A identidade do negro está atrelada ao corpo e vive num constante processo de emancipação das reproduções negativas. Nas fake news verificadas pelo Boatos.org, apresentadas no quadro 4, percebo que há a tentativa de associar a identidade de Marielle Franco ao radicalismo, com base no histórico da militância da mesma. Marielle sempre lutou por políticas de igualdade e inclusão. Para isso criei a categoria Radicalismo. Nela acusam Marielle de separar, de querer que brancos e negros se dividam. Abaixo o trecho da fake news que foi viralizada:

“Marielle [...], pregava o ódio, separação das pessoas, tanto brancas quanto negras, mulheres e homens” *(Trecho do comentário verificado pelo BOATOS.ORG, Acessado em 21/06/19)*

Marielle representa as bandeiras que ela acreditava, lutava pelas minorias políticas, a diversidade e pluralidade. Na figura 4, o comentário do Deputado Alberto Fraga, ao tentar criminalizar e justificar que Marielle teve o fim natural, pois com aquelas descrições “boa coisa não era”, criou-se a categoria Criminalização.

“engravidou aos 16 anos, ex-esposa do Marcinho VP, usuária de maconha”.
“Ex-esposa do Marcinho VP”; “Eleita pelo Comando Vermelho” *(Trecho do comentário verificado pelo BOATOS.ORG. Acessado em 21/06/19)*

Com esse discurso, há a tentativa incriminar Marielle Franco, construído sob juízo de valor, como se fosse crime engravidar aos 16 fosse motivo para a

negativização da figura de Marielle Franco. Qual a sentido de deslegitimar Marielle pela gravidez? A sua vida vale menos aos olhares da sociedade? São questionamentos pertinentes para refletir sobre o modelo de sociedade no qual estamos ancorados.

4.4.5 Categorias temáticas: A Santa Marielle; Partidarismo; “Lutadora”; Diferença; Defensora de bandidos.

Para Woodward (2013), a cultura nos molda e a produção de significados envolve poder. E esse poder é quem define quem será incluído e quem é excluído. Partirei das ideias de Hall (2011) sobre as construções de sentidos não serem fixas. Quando uma notícia falsa é viralizada, podemos retornar a reflexão de que as representações são reproduções de sentidos de linguagem e são reguladoras, bem como acrescenta Freire Filho (2005, p. 4), “(...) as representações são organizadas e reguladas pelos diferentes discursos (legitimados, naturalizados, emergentes ou marginalizados) que circulam, colidem e articulam-se num determinado tempo e lugar”. De acordo com que foi apresentado ao longo do presente trabalho, para a análise da categoria teórica representação simbólica, identifiquei a categoria “A santa Marielle”. Ironizam a postura de Marielle, como uma falsa santa, que não merece toda a atenção, pois nem aqueles que trabalhavam com ela, tiveram seus direitos assegurados, como a carteira de trabalho, a suposta pensão que a família de Anderson não irá receber. A seguir trecho verificado pela agência A lupa e o Boatos.Org:

“A filha de Mariele vai ganhar pensão até seus 21 anos. E o filho do motorista? Não! A santa Marielle não assinou a carteira dele” (Trecho do comentário verificado pelo BOATOS.ORG, acessado em 21/06/19).

Na categoria temática Partidarismo encontrei o trecho abaixo que muitos têm tentado atribuir ao partido de Esquerda, o Partido dos Trabalhadores (PT), a morte de Marielle, como se fosse uma disputa identitária e ideológica, como se não passasse disso. Como se os partidos de esquerda tivessem a executado.

“Engraçado. Depois que foi descoberto que o assassino de Marielle era do PT, parece que finalmente ela morreu. Ninguém fala mais nada” (Trecho do comentário verificado pela AGÊNCIA LUPA, acessado em 21/06/19).

Para a temática de Lutadora, observei o discurso novamente da desembargadora Marília Castro direciona a Marielle de forma pejorativa, ironizando

que a tal “lutadora”, que defendia e era engajada com bandidos, era só mais um corpo, assim como os outros.

“A questão é que a tal Marielle não era apenas uma ‘lutadora’, ela estava engajada com bandidos! Foi eleita pelo Comando Vermelho e descumpriu ‘compromissos’ assumidos com seus apoiadores” (Trecho do comentário verificado pelo BOATOS.ORG, acessado em 21/06/19).

A forma que esses discursos associam ela ao tráfico justificaria a sua execução. Quem levantou e defendeu esses discursos mesmo sendo comprovados como inverídicos, tinha não somente o objetivo de ferir a reputação de Marielle, como destilou seus sinceros pensamentos discriminatórios para aqueles que não são seus semelhantes, para isso a categoria da diferença.

“Heley professora, que ganha menos que a vereadora, que morreu queimada para salvar seus alunos nem filme vai ganhar. E que ela apoiava policiais, a favor do cidadão de bem. Não ganhou visibilidade tanto quanto Marielle’ (Trecho do comentário verificado pelo BOATOS.ORG, acessado em 21/06/2019).

Tanto como nos quadros anteriores, todas as fake news tentaram criminalizar Marielle por pertencer à comunidades periféricas. Todos tinham como ponto em comum deslegitimar sua luta e suas crenças. E tentaram de alguma forma categorizá-la nesse estigma, na ideia de inimiga da sociedade.

“Marielle tinha “ideias nefastas e tortas”, defendia a doutrinação da esquerda, pregava o ódio, separação das pessoas, tanto brancas quanto negras, mulheres e homens” (Trecho verificado pelo BOATOS.ORG, acessado em 21/06/2019).

Tentaram comparar de forma simbólica a morte de uma mulher branca, como se Marielle fosse culpada pela desigualdade que gerou esta morte, por isso a criação da categoria temática Defensora de bandidos.

4.5 Caso Marielle Franco, racismo e fake news: reflexões

São muitas as reflexões que me trouxeram até aqui. A partir da utilização das técnicas de análise documental, atrelado ao estudo de caso, pude observar a amplitude dos conteúdos presentes nas redes sociais online e que quando disparados nas plataformas sociais digitais se relacionavam de alguma maneira à imagem de Marielle Franco.

O recorte do corpus apresentados no item 4.2. e a utilização da análise de conteúdo sobre essa delimitação no item 4.3, em o conteúdo das agências de verificação foram estudados e interpretados, proporcionou atender os três objetivos

específicos propostos no estudo. Consequentemente o objetivo geral foi atingido neste estudo. A partir das categorias teóricas, cheguei às categorias temáticas e em todas pude observar a tentativa de associação Marielle Franco ao tráfico. Os discursos eram os mesmos, generalizando as favelas e recorrendo ao estereótipo de que todos oriundos desses espaços são naturalmente criminosos. Levando em consideração que tiveram atores emblemáticos na reprodução desses discursos, como a desembargadora Marília Castro Neves, o Deputado Federal Alberto Fraga, que postou sua opinião em seu perfil oficial na plataforma do twitter.

Com base nos elementos estudados anteriormente, e conforme os objetivos trabalhados no projeto puderam responder o problema de pesquisa que norteou a elaboração da presente pesquisa: de que forma as fake news invisibilizam verdades sobre vidas negras e reforçam estereótipos raciais a respeito das vítimas em casos que envolvem agentes do Estado em sua execução – caso Marielle Franco?

Existe, portanto, um movimento para tentar justificar o injustificável quando as vítimas são negras. As fake news que circulam a respeito dos negros são uma das variadas formas e mais perigosas que o racismo se expressa na sociedade, porque ele está amparado no discurso de poder e do ódio, nas representações sociais e simbólicas. O que permite a possibilidade de atingir nossos corpos como ação punitivista. E quem cria esses conteúdos depreciativos geralmente não são rastreados com facilidade para identificá-los na internet, devido ao anonimato que eles se escondem nas redes sociais virtuais. E, assim, a impunidade protege os criadores desses conteúdos.

Não são meras fake news, são estratégias utilizadas para criminalizar e justificar a violência praticada quando pessoas negras são vitimadas por agentes do Estado ou qualquer outro grupo legítimo para os grupos privilegiados.

Tal processo é frequente quando se é pobre e negro, tanto a polícia quanto a imprensa utilizam das informações dos antecedentes criminais, quando o contexto envolve agentes do Estado e minorias políticas, como base para sustentar os atos praticados pelas instituições. A criminalização é o objetivo. Para justificar a violência, inverte-se o papel ao construir narrativas que envolvam a pessoa e o crime, e não sendo mais o questionamento do porquê ou como a pessoa foi vitimada. Deste modo, as mídias tradicionais reproduzem e naturalizam os discursos do negro suspeito e o branco inocente. Ao segundo é permissível o erro. A reputação e a dignidade de Marielle Franco não foram atacadas somente por pessoas comuns,

foram também por sujeitos que representam instituições e possuem visibilidade social e capital simbólico.

Discursos esses que esvaziam e naturalizam a forma que ela foi executada. E retratam a imagem que compõe o judiciário e a política. Marielle Francisco da Silva tinha nome e sobrenome assim como todos os outros casos de homicídios no país. Só a mentalidade de uma sociedade racista forja narrativas para incriminar as pessoas negras. Parece ser inconcebível e aceitar que mulheres negras e faveladas possam ser agentes construtores de mudança. Que possam sonhar na prática. A única possibilidade aceitável, para a branquitude, é que a ascensão política é resultado da aliança com o crime ou com o tráfico de drogas. Uma das formas que o racismo opera é na invisibilidade dos sujeitos negros e suas trajetórias plurais. Como foi possível visualizar no capítulo 3 apresentado a falta de visibilidade midiática pela expressiva trajetória política de Marielle foi um dos componentes para que as *fake news* fossem disseminadas.

Ela representava uma maioria populacional que é expressada como minoria política no Brasil e que lutava contra as injustiças, defendia o direito da vida e denunciava todos aqueles que deveriam ter como valores a proteção do ser humano sem distinção. Era voz da comunidade, essa que sofre pelas mazelas e negligência do Estado. Era voz de todo homem e mulher negro(a) de comunidade. Associar a morte dela ao tráfico, a sua origem, concluir que sua execução de forma simplista de que foi represália de quem ela “defendia”, é apagar a sua história.

Ela lutava pelo fim da violência executada pelo tráfico e pelas incursões policiais na região. Denunciava as UPPs (Unidades de Polícias Pacificadoras), lutava pela vida dos policiais que entravam nas comunidades e eram dizimados nessa guerra que todos perdem. Era contra essa vulnerabilidade que Marielle militava. O que vemos é o racismo estrutural sendo reproduzido e praticado pelas elites dominantes, que criminalizam as periferias e a mídia hegemônica que invisibiliza nossa história e nossa produção do saber. Os discursos midiáticos reforçam esses preconceitos de forma naturalizada e eficaz, se alimentando das nossas dores nos espetáculos exibidos nos telejornais e novelas. Sendo indignos da vida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção desse trabalho de conclusão de curso foi muito dolorosa e simbólica para mim. Eu, enquanto estudante de Comunicação Social com Habilitação em Relações Públicas, me senti no dever de dar retorno para aqueles que não estão presentes em matéria, (corpo físico), mas hoje são energias ancestrais. É uma retribuição enquanto mulher afrikana em diáspora para os meus mais velhos e os meus semelhantes. Escrevo com “K” por possuir vários significados. E um deles é que “África” não é o verdadeiro nome do continente. Quando se fala em Afrika é sob ponto de vista afrocentrado, simboliza a autodefinição, retorno para unidade que foi dispersada pelos usos da força colonial europeia. É a esperança de mudança em meio ao cenário que todos os dias tenta nos dizer ao contrário. A partir dessas reflexões enquanto negra, um sujeito no mundo, propus-me trazer para o tema do trabalho de conclusão do curso discussões pertinentes sobre a nossa construção em sociedade na diáspora. Sendo assim, objetivei pensar o sentido de identidade brasileira construída sobre o viés da miscigenação. E a concepção de ser negro na comunicação.

Seja na fase escolar, quanto a acadêmica, o contato com as produções de saberes negros foi quase nulo ou inexistente. Isso sempre me causou incômodo e questionamentos do tipo, onde estão os negros do mundo e na comunicação? Será que a nossa vida se resume a sobreviver? Por que nos limitam à temática exotizada e a pautar assuntos direcionados a diversidade? Graças a minha inquietação, foi que pude perceber que não eram só minhas essas dúvidas, existem inúmeros pares como a mim que questionam essa sistemática. Então me juntei aqueles que me eram semelhantes para romper essa lógica de inexistência negra e então percebi que a questão da negação e invisibilização são partes da manutenção estrutural da branquitude e as instituições não foram criadas para nos receber. Estar nela não é por consentimento deles, mas, sim, por resistência e tensionamento dos nossos.

Deste modo, busquei me nortear por referenciais teóricos negros em sua maioria para que meu trabalho tivesse coerência epistemológica e também para evidenciar a produção negra presentes no campo dos saberes. Essa que existe mesmo que a lógica ocidental tente negar a contribuição afrikana no mundo. Diante dessas questões, optei pelo Estudo de Caso como método e a partir dela surgiu o

problema de pesquisa que foi: “de que forma as fake news invisibilizam verdades sobre vidas negras e reforçam estereótipos raciais a respeito das vítimas em casos que envolvem agentes do Estado em sua execução – caso Marielle Franco”? O objetivo geral é investigar de que forma as fake news invisibilizam verdades sobre vidas negras e reforçam estereótipos raciais a respeito das vítimas em casos que envolvem agentes do Estado em sua execução?

Para responder o problema de pesquisa em sintonia com objetivo geral, produzir os seguintes objetivos específicos: 1) Verificar os conteúdos comprovadamente falsos em agências de checagem a respeito da Marielle Franco; 2) Mapear a circulação dos conteúdos e as figuras públicas envolvidas na disseminação do racismo; 3) Identificar de que modo o racismo se expressa nos conteúdos das postagens nas redes sociais ao propagar fake news a respeito da execução de Marielle Franco.

Para atender o objetivo 1, fiz a delimitação do corpus selecionando os materiais que era relacionados de alguma forma a Marielle e foram noticiados pelas agências, depois desse levantamento, foi feita a filtragem do que atacava e foi inventado para deslegitimar a imagem da Marielle. Assim deste modo, parti para a análise do conteúdo e onde obtive a construção dos quadros 1, 2 e 3 das Agências verificações a respeito dos materiais iniciais levantados pelas mesmas e respectivamente gerou o quadro 4 para análise que atendeu os objetivos 2 e 3 propostos para o estudo. Nesse quadro foi possível categorizar a partir do referencial teórico construídos no capítulo anteriores (2 e 3) e sistematizar a partir deles categorias temáticas onde foi possível identificar figuras importantes na disseminação das fake news e como o racismo atravessa sistematicamente a existência das pessoas negras, atuando de forma simbólica e estrutural na destruição da nossa imagem e como isso é recorrente e quando se é pobre e preto.

As fake news são terríveis, e a internet tornou o campo propício para a disseminação delas. Mas o problema maior, são as pessoas, elas são as responsáveis pela criação desses boatos, porque são elas que fabricam essas desinformações. Externam todo o seu ódio contra aqueles que não iguais a eles. Em nome de uma crença, uma motivação emocional. Existe todo um sistema que faz com que essas engrenagens funcionem, é a invisibilidade midiática que os meios de

comunicação reforçam, é a negação histórica na educação escolar. É o genocídio que acontece todos os dias sendo naturalizado. As estruturas são institucionalizadas e mantêm o funcionamento dessa forma, inferiorizando a presença do negro e desumanizando a nossa existência. As instituições de justiça nos colocam nos perfis de potenciais suspeitos e os meios de comunicação como o rádio, televisão, internet etc, naturalizam e reforçam esses discursos discriminatórios. Os Agentes do Estado operam sob a mesma lógica das práticas dos capitães do mato, a criminalização natural. E eles tem o aval da opinião pública a sociedade para que decidam sob a vida das pessoas negras, o racismo é legitimado. Como apontou Mbembe (2016), vivemos sob um estado de Necropolítica.

O despertar, para nós, de viver numa sociedade historicamente construída sob a ótica racista, é cutucar uma ferida que não cicatrizou, mas nós negros não nos limitamos somente a dor por mais que o sistema tente nos limitar isso, mesmo que as representações simbólicas midiáticas tentam nos identificar/estereotipar dessa forma. Tenho a sensação que segue a chaga no meu corpo, mas é para que eu sempre lembre de onde eu vim e qual caminho devo tomar para me encontrar. Quando você vive, ou melhor, existe numa sociedade estruturada para te apagar e invisibilizar, nós devemos pensar em estratégias de quilombo, entre os seus, para não desistir de continuar. A identidade do negro sempre foi inferiorizada, o nosso lugar sempre foi questionado. As representações simbólicas reforçam ainda mais essa relação de poder, que aliás é desigual e reforçam isso. A branquitude se protege e exerce bem o seu papel nesse processo que nos adocece e nos afeta sistematicamente em todas as esferas da nossa vida.

A morte de Marielle Franco foi interseccionada diversas vezes, engana-se quem pensa que foi somente o atentado que custou sua vida e de seu motorista Anderson Pedro Gomes, que ocasionou as mortes. O processo começou antes do tiro, a negação da sua existência e produção de saber. O desconhecimento da mídia que só destacou a sua relevância pós morte. Uma forma de negação da sua existência. Ela vem sendo atacada pela máquina de criação de fake news desde o minuto que sua alma virou ancestral. O objetivo das fake news é a todo custo desonrar e ferir o seu caráter de mulher preta periférica e militante. É mais uma vez deslegitimar a possibilidade de outras narrativas para as pessoas negras como se tivéssemos que aceitar o lugar que a branquitude nos impôs. Querem apagar a sua

história de luta e por quem ela lutou. Todos os dias os negros são afetados de alguma forma com cada fake news que é criada, e que desumanizam e permitem que pessoas negras sejam passíveis e merecedoras de todo tipo de violência, principalmente a violência do Estado.

Esse Estado que legitima e institucionaliza o racismo ao não enxergar propositalmente que pessoas pretas estão sendo assassinadas e muitas sendo abatidas em confrontos policiais, a política antidrogas que sobe as comunidades com o único intuito que caçar corpos. Onde os humanos são os outros, nunca os negros. Uma política de extermínio, que foi plantada na lógica da negação e ocultação da negritude. E que hoje defende a somente a identidade brasileira, essa identidade que não reconhece o negro, oculta e trata o passado de escravização de africanos e os negros em diáspora como algo irrelevante, uma circunstância natural, que não deve ser lembrado.

A edificação da identidade nacional fede a sangue; o nascimento de uma população que custou vidas negras. E se reconhecer negro na lógica da branquitude é separar, pois a ideia vendida e reforçada pela sociedade é que partimos da premissa de sermos todos iguais, logo merecemos os mesmos tratamentos, sem distinção étnica. Os discursos permanecem iguais, a mídia hegemônica nos trata como um grupo fora do círculo. Nos forçam a aceitar o padrão, o embranquecimento para ascensão. Fazer parte da identidade brasileira é muito caro. Os números dos genocídios estão aí para não esquecermos o porquê dos negros não terem o mesmo valor social.

Por fim, acredito que seja importante a continuidade desses estudos na área da Comunicação, com atenção também para o campo das produções culturais e das redes sociais digitais. E essas discussões para o campo da Relações Públicas tem suma importância, pois envolve a reputação de sujeitos e organizações, e sobretudo a ética na comunicação. As fake news crescem na mesma constante que aumenta a desconfiança dos meios. As fake news são fenômenos inventados para destruir a imagem do outro e ocorrem por aqueles que têm algum tipo poder frente ao outro, seja social e/ou monetário. E tem o objetivo de influenciar o maior número de pessoas para obter vantagens ou manter domínios sobre os grupos. É necessário uma reeducação midiática e vigilância acerca das fake news. E também vigiar e

questionar os meios de comunicação para que não nos silencie e se sintam livres para nos impor estereótipos e representações simbólicas como algo representativo da negritude. E não falo somente por questões de representatividade. Falo pela romantização da exceção, onde exaltam de forma positiva, a premissa orgulhosa de ter/ser o único negro trabalhando e frequentando o tal espaço dominado pela branquitude. É preciso romper essa lógica. A exceção não é a regra e não deve ser exaltada. Eu falo com o objetivo de pensar na construção como saída coletiva, para não viver sob a tutela e aval da branquitude. A construção e fortalecimento da nossa mente e os nossos espaços.

Libertação das amarras ideológicas que a miscigenação nos causa e vende a ideia de que somos todos iguais. Não somos todos iguais, as estatísticas apresentadas elucidam muito bem que existem dois mundos e são totalmente diferentes para os negros e o genocídio do povo preto está a todo vapor. É preciso que as narrativas homogêneas sejam rompidas e não somente tensionadas. Existe uma dívida histórica que nos é negada e silenciada. Nossos jovens estão sendo exterminados em nome dessa ideologia que não se sensibiliza com a nossa dor e espetaculariza a nossa morte. A identidade da democracia racial precisa ser derrubada. Como o saudoso Malcolm X defendia, a libertação do negro deve ser por todos os meios necessários.

Marielle era ventania, foi uma semente que se plantou com sua precoce partida. A sua vida jamais será esquecida. O seu legado político segue sendo inspiração para muitas mulheres negras oriundas de periferias que buscam romper essa lógica que o nosso lugar no mundo é sujeito a aceitação. E não somente elas, para toda a comunidade negra, ela se tornou energia ancestral. E eu acredito que um dia, quem sabe um futuro essas sementes irão florescer de forma mais frequente e continuaremos a ser agentes de mudança no mundo. Para a construção de comunicação e de um mundo que todo negro e negra seja livre e não apenas exista. Não estamos pedindo permissão, e finalizo aqui o meu mais sincero desejo: o poder para o povo preto.

Quantos mais precisarão morrer para que essa guerra acabe?

Marielle Francisco da Silva

REFERÊNCIAS

ALLCOTT, Hunt; GENTZKOW, Matthew. 2017. **Social Media and Fake News in the 2016 Election**. Journal of Economic Perspectives, 31(2): 211-36. Disponível em: <<https://goo.gl/TLYvEP> > Acesso em: 17 jun. 2019.

ALMEIDA, Silvio. **O que é: Racismo estrutural?** Belo Horizonte - MG: Letramento: Justificando, 2018.

ANTOUN, Henrique. **O poder da comunicação e o jogo das parcerias na cibercultura**. Revista Fronteiras – estudos midiáticos. VI(2): 67-86, julho/dezembro 2004 Disponível em:<
<http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/6592>>. Acesso em: 03 de maio de 2019.

AZAMBUJA, Nascimento Kassiele. **O RECONHECIMENTO DAS IDENTIDADES NEGRAS NO AUDIOVISUAL BRASILEIRO**: um estudo de caso da plataforma Afroflix. 2018. 101 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Públicas, Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

BARABÁSI, A. L. Linked. **How Everything is Connected to Everything else and what it means for Business**, Science and Everyday Life. Cambridge: Plume, 2003.
BORGES, Juliana. **O que é: encarceramento de massa?** Belo Horizonte - MG: Letramento: Justificando, 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2011.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm Acesso em: 22 jun. 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Decreto Nº 847, de 11 de outubro de 1890**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 22 jun. 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Decreto-Lei Nº 7967, de 18 de setembro de 1945**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7967-18-setembro-1945-416614-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 22 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. **Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016** / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. Universidade de Brasília, Observatório de Saúde de Populações em Vulnerabilidade – Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Governo. **Índice de vulnerabilidade juvenil à violência 2017**: desigualdade racial, municípios com mais de 100 mil habitantes. Secretaria de Governo da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

BENTO, M. A. S. Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. 2002.

_____. **Branqueamento e branquitude no Brasil**. 2001. Disponível em: <http://www.media.ceert.org.br/portal-3/pdf/publicacoes/branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf> Acessado em 18 de jun. 2019.

BIKO, Steve. **Escrevo o que Eu Quero**. Seleção dos principais textos de Steve Biko. Editora Ática, 1990.

BOLETIM DE ANÁLISE POLÍTICO-INSTITUCIONAL / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – n.1 (2013) -. Brasília: IPEA, 2013 Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20250&Itemid=6> Acessado em 13 de maio de 2019.

BUENO, Silveira. **Minidicionário da língua portuguesa** – ED. rev e atual. – São Paulo: FTD, 2000.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão parlamentar de inquérito destinada a apurar as causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil **CPI - violência contra jovens negros e pobres**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015. <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1361419> Acessado em: 18 de maio de 2019.

CARDOSO, Lourenço. **O branco “invisível”**: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil. 2008. 232 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Mestrado e Doutorado Pós-colonialismos e Cidadania Global, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra Faculdade de Economia Centro de Estudos Sociais, Coimbra, 2008. Disponível em:< <https://goo.gl/tiVURo>> . Acesso em: 22/06/19.

_____. **O branco ante a rebeldia do desejo**: um estudo sobre a branquitude no Brasil. 2014. 290 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, Araraquara, 2014. Disponível em: http://www.fclar.unesp.br/agenda-pos/ciencias_sociais/3146.pdf . Acesso em: 22 de jun. de 2019.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

CERQUEIRA, Daniel (et. al.) **Atlas da Violência 2019**. Rio de Janeiro, IPEA e Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784&Itemid=432. Acesso em 22 de junho 2019.

CHIMAMANDA Adichie: **o perigo de uma única história**. Oxford: Ted Global, 2009. Son., color. Legendado. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br>. Acesso em: 15 jun. 2019.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E CONTEMPORANEIDADE. **O impacto das fake news e o fomento dos discursos de ódio na sociedade em rede: a contribuição da liberdade de expressão na consolidação democrática**. 2017. Disponível em http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/o_impacto_das_fakenews_e_o_fomento_dos_discursos.pdf Acessado em 22 de jun. 2019

CHRISTOFOLETTI, R. **Padrões de manipulação no jornalismo brasileiro: fake news e a crítica de Perseu Abramo 30 anos depois**. ObjETHOS, Florianópolis, 12 jan. 2018. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/144229/140804> >. Acesso em: 20 abr. 2019

DU BOIS, W. E. B. (1920). **Darkwater Voices from within the Veil**. (NY: Harcourt, Brace & Co.) Electronic Text Center, University of Virginia Library (HTML). Disponível em < <https://archive.org/details/darkwatervoicesf00duborich> > Acessado em 23 jun. 2019.

DU BOIS, W. E. B. (2003). **The Souls of Black Folk**. Nova York: Barnes & Noble.

EDDO-LODGE, Reni. **Why I'm No Longer Talking to White People About Race**. London. 2017.

ENGLISH Oxford Living Dictionaries. **Word of the Year 2016 is...** Disponível em: <<https://languages.oup.com/word-of-the-year/word-of-the-year-2016>>. Acesso em: 11 de junho de 2019.

FANON, Frantz. **Peles negras, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008.

FAVA, Proba Gihana; PERNISA JÚNIOR, Carlos. **GP Cibercultura do XIV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação**, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Foz do Iguaçu Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-1949-1.pdf> >Acesso em: 24 abri. 2019.

FRANCO, Marielle. **UPP – A REDUÇÃO DA FAVELA A TRÊS LETRAS: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**. 2014. Dissertação (mestrado em administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade de Administração, Ciência Contabeis e Turismo. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

FERES JÚNIOR, João. **A atualidade do pensamento de Guerreiro Ramos:** branquidade e nação. Caderno CRH (UFBA. Impresso), v. 28, p. 120-136, 2015. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/html/3476/347641080008/> >. Acesso em: 31 de maio de 2019.

FREIRE FILHO, João. **Força de expressão:** construção, consumo e contestação das representações midiáticas das minorias. Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia, n. 28, 2005. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=495550184002> > Acesso em: 10 de março de 2019.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 28. Ed. São Paulo: Editora Record, 2014.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade:** curso no Collège de France. Tradução e Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GARVEY, Mosiah Marcus. **Procure por mim na tempestade:** de pé raça poderosa/ Marcus Mosiah Garvey; [tradução: Kwame Asafo N. Atunda, Ali Kemet, Lu Isha e Afrocentricidade Internacional da Bahia; Organização e notas Douglas J. G Araújo e Kwame A. N. Atunda]. São Paulo; CFMG, 2017.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador:** saberes construídos nas lutas por emancipação. Petropolis, RJ : Vozes, 2017.

GUARESCHI, Pedrinho Arcides; AMON, Denise; GUERRA, André. Introdução. In: GUARESCHI, Pedrinho Arcides; AMON, Denise; GUERRA, André. (Orgs.). **Psicologia, Comunicação e Pós-verdade.** Florianópolis: ABRAPSO, 2017.

GRUNIG, James. **Uma teoria geral das relações públicas:** quadro teórico para o exercício da profissão. In: GRUNIG, James; FERRARI, Maria Aparecida; FRANÇA, Fábio. Relações Públicas: teoria, contexto e relacionamentos. 2 ed. São Caetano do Sul, SP: Difusão Editora, 2011.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções do nosso tempo. **Revista Educação e Sociedade.** Julho/Dez, 1997.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade.** Trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.) **Identidade e Diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. 13 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

MARTINS, Alexandra. **12 milhões de brasileiros difundem fake news sobre política nas redes sociais online**. Estadão [S.l.: s.n.], 15 de setembro 2017. Política. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,na-web-12-milhoes-difundem-fake-news-politicas,70002004235> Acessado em 21 de jun. 2019.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. Arte & Ensaios, v. 32, 2016.

MCLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. (1964) São Paulo: Cultrix, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2013.

MOREIRA, Sonia Virginia. Análise Documental como método e como técnica. In: DUARTE, Jorge (Org.); BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2009.

NASCIMENTO, Abdias do, 1914- 2011 - **O Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**/ Abdias Nascimento. – 2. Ed. – São Paulo: perspectiva, 2017.

NASCIMENTO, Beatriz. **Beatriz Nascimento: intelectual e quilombola. Possibilidade nos dias de destruição**. Editora Diáspora Africana São Paulo 2018.

PROPMARK. **Apenas 6% dos negros se sentem representados nas campanhas de TV**. PROPMARK. [S.l.: s.n.], 20 de novembro 2017. Consumo. Disponível em: <http://propmark.com.br/mercado/apenas-6-dos-negros-se-sentem-representados-nas-campanhas-de-tv> Acessado em 21 de jun. 2019.

RECUERO, R. **A Rede é a Mensagem: Efeitos da Difusão de Informações nos Sites de Rede Social**. Pelotas, 2012. Disponível em < <http://www.raquelrecuero.com/arquivos/redemensagem.pdf> > Acessado em 22 jun. 2019.

RECUERO, R. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009b.

RELATÓRIO DA ANISTIA INTERNACIONAL DO BRASIL. **Você matou meu filho: homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Anistia Internacional, 2015.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, BS. **A difícil democracia – Reinventar as esquerdas**. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. In: SANTOS, BS & MENESES, MP. (orgs). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências.** 2002. Disponível em:
<http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Sociologia_das_ausencias_RC_CS63.PDF> Acessado em 12 de jun. 2019

_____. Por uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. 2002. In: SANTOS, BS (org). **Conhecimento prudente para uma vida decente.** São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **A crítica da razão indolente –** Contra o desperdício da experiência. Porto: Afrontamento, 2002.

SANTOS, JS. ; SPINELLI, E.M: **Pós -verdade, fake news e fact-checking:** impactos e oportunidades para o jornalismo. 2017. Disponível em
<<http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2017/paper/viewFile/746/462>> Acessado em 01 de jun. 2019.

SANTOS, Neusa S. “ **tornar-se negro**” - as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1983.

SEIBT, Taís. **Jornalismo de verificação como tipo ideal:** a prática de fact-checking no Brasil. 2019. 101 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

SEIBT, Taís; Fake News: **Ambiência digital e os novos modos de ser.** REVISTA IHU ON-LINE, São Leopoldo, v. 520, p. 46-50, Abr. 2018. Disponível em:
<<http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao520.pdf>> Acessado em: 15/06/2019.

SHAKUR, Assata. **Uma Mensagem para Minhas Irmãs.** Tradução Gilza Marques. [199-] Disponível em: <https://assatashakurpor.wordpress.com/cartas/uma-mensagem-para-minhas-irmas/> Acessado em 01 de jun. 2019.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco:** Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.) **Identidade e Diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. 13 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SIMÕES, Roberto José Porto. **Futebol e Informação:** driblando incertezas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

SODRÉ, M. **Claros e escuros:** identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SODRÉ, Muniz – **Claros e escuros:** identidade, povo, mídia e cotas no Brasil – 3. Ed. Atual e ampl. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”:** Raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

STUMPF, Ida Regina. Pesquisa Bibliográfica. In: DUARTE, Jorge (Org.); BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação.** São Paulo: Atlas, 2009.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo.** Porque as notícias são como são. 2ª ed. Florianópolis: Insular, 2005

TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo. **A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional.** 2ª ed. Florianópolis: Insular, 2008.

TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo. **A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional.** 3ª ed. Florianópolis: Insular, 2012.

TURE, Kwame (Stokely Carmichael). **Stokely fala: do poder preto ao pan-africanismo.** [S.l.]: Editora Diáspora Africana, 2017.

WOLF, M. **Teorias da comunicação.** Lisboa: Presença, 2002.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.) **Identidade e Diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. 13 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar;** tradução Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2011.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso.** Planejamento e Métodos. 4ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

A LUPA. **#Verificamos: Suspeito de assassinar Marielle Franco não é filiado ao PT.** A LUPA, [S.l.: s.n.], 28 março 2019. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/03/28/verificamos-marielle-filiado-pt/>> Acessado em 21 mai. 2019.

A LUPA. **É falso que deputada tenha confundido atriz de Game Of Thrones com Marielle.** 10 de maio de 2019. Disponível em <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/05/10/verificamos-marielle-got/>> Acessado em: 13 de junho de 2019.

A LUPA. **É falso que Thiago Macaco foi identificado como assassino de Marielle.** 01 de abril de 2019. Disponível em <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/04/01/verificamos-marielle-presos-thiago/>> Acessado em 13 de junho de 2019.

A LUPA. **Suspeito de assassinar Marielle Franco não é filiado ao PT.** 28 de março de 2019. Disponível em <

<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/03/28/verificamos-marielle-filiado-pt/> .
Acessado em 13 de junho de 2019.

A LUPA. **É falso que digitais de assessora de Marielle foram achadas no carro dos assassinos da vereadora.** 22 de março de 2019. Disponível em <
<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/03/22/verificamos-assessora-marielle-digitais/>> Acessado em 13 de junho de 2019.

A LUPA. **É falso que PSOL tenha se reunido com a CNBB para discutir ‘canonização de Marielle’.** 20 de março de 2019. Disponível em <
<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/03/20/verificamos-marielle-cnbb/>> Acessado em 14 de junho de 2019.

A LUPA. **É montagem foto de ex-policial suspeito de matar Marielle usando camiseta de Lula.** 14 de março de 2019. Disponível em
<<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/03/14/verificamos-marielle-lula-queiroz/>>
Acessado em 15 de junho de 2019.

A LUPA. **É verdadeira imagem de Witzel ao lado de deputados que quebraram placa com o nome de Marielle Franco.** 08 de outubro de 2018. Disponível em
<<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/10/08/witzel-marielle/>> Acessado em 16 de junho de 2019.

A LUPA. **Usuários que espalharam boatos sobre Marielle mantêm tuítes no ar**
14 de abril de 2018. Disponível em <
<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/04/14/marielle-um-mes>> Acessado em 16 de junho de 2019.

A LUPA. **Marielle: desembargadora, deputado e pastor não checaram antes de postar. E era bem fácil.** 19 de março de 2018. Disponível em
<<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2018/03/19/marielle-fake-news/>> Acessado em 16 de junho de 2019.

AOS FATOS. **Não, Marielle não foi casada com Marcinho VP, não engravidou aos 16 e não foi eleita pelo Comando Vermelho.** 17 de março de 2018. Disponível em
<<https://aosfatos.org/noticias/nao-marielle-nao-foi-casada-com-marcinho-vp-nao-engravidou-ao-16-e-nao-foi-eleita-pelo-comando-vermelho/>> Acessado em 14 de junho de 2019.

BOATOS.ORG. **Marielle estava engajada com bandidos e foi morta por traficantes.** 08 de maio de 2019. Disponível em
<<https://www.boatos.org/politica/marielle-engajada-bandidos.html>> Acessado em 16 de junho de 2019.

BOATOS.ORG. **Padre Zezinho compara Marielle Franco com professora Heley de Abreu.** 25 de março de 2018. Disponível em
<<https://www.boatos.org/religiao/padre-zezinho-marielle-professora-heley.html>>.
Acessado em 07 de junho de 2019.

BOATOS.ORG. **Marielle Franco era filha de Fernandinho Beira-Mar.** 22 de março de 2018. Disponível em <https://www.boatos.org/politica/marielle-franco-filha-fernandinho-beira-mar.html>> Acessado em 02 de junho de 2019.

BOATOS.ORG. **Assassinato de Marielle Franco gerou onda de fake news.** 18 de março de 2018. Disponível em <<https://www.boatos.org/politica/assassinato-marielle-franco-fake-news.html>> Acessado em 02 de junho de 2019.

BOATOS.ORG. **Video mostra Marielle Franco defendendo bandido e discutindo com Carlos Jordy.** 17 de março de 2018. Disponível em <<https://www.boatos.org/politica/marielle-franco-defendendo-bandido.html>> Acessado em 02 de junho de 2019

BOATOS.ORG. **Vereadora Marielle Franco foi eleita pelo Comando Vermelho.** 17 de março de 2018. Disponível em < <https://www.boatos.org/politica/marielle-franco-comando-vermelho.html>> Acessado em 07 de junho de 2019.

BOATOS.ORG. **Descobriram que Brazao é o mandante da morte de Marielle e PSOL ficou calado.** 17 de março de 2018. Disponível em < 07 de abril de 2019. <https://www.boatos.org/politica/brazao-mandante-marielle-psol-calado.html>> Acessado em 02 de junho de 2019.

BOATOS.ORG. **Freixo chamou mãe de Marielle para falar sobre união estável.** 19 de março de 2019. Disponível em <<https://www.boatos.org/politica/freixo-mae-marielle-uniao-estavel.html>> Acessado em 03 de junho de 2019.

BOATOS.ORG. **Assassino de Marielle é flagrado com camiseta de Lula.** 13 de março de 2019. Disponível em < <https://www.boatos.org/politica/assassino-marielle-camisa-lula.html>> Acessado em 08 de junho de 2019.

BOATOS.ORG. **Lei Marielle, que prevê cota de 20% para menores infratores em concursos públicos é aprovada.** 07 de maio de 2018. Disponível em <https://www.boatos.org/politica/marielle-cota-infratores-concursos.html>> Acessado em 08 de junho de 2019.

BOATOS.ORG. **O Assassino de Marielle foi descoberto! É Thiago Macaco, preto, pobre e traficante#boato,** 06 de março de 2018. Disponível em < <https://www.boatos.org/politica/assassino-marielle-thiago-macaco.html>> Acessado em: 13 de jun. 2019.

BOATOS.ORG **Antropólogo Sandro Silva escreve texto critica a Marielle Franco.** BOATOS.ORG, [S.l.: s.n.], 17 março 2018. Política. Disponível em: <<https://www.boatos.org/politica/antropologo-sandro-silva-texto-marielle.html>> Acesso em: 06 jun. 2019.

BOATOS.ORG. **Marielle Franco era ex-mulher de Marcinho VP e engravidou dele aos 16 #boato.** BOATOS.ORG, [S.l.: s.n.], 17 março 2018. Política. Disponível em: <<https://www.boatos.org/politica/marielle-franco-ex-marcinho-vp.html>> Acessado em 21 mai. 2019.

BOATOS.ORG. **Filho de motorista Anderson Gomes não recebe pensão porque Marielle não assinou a carteira #boato.** BOATOS.ORG, [S.l.: s.n.], 25 março 2019. Política. Disponível em: <<https://www.boatos.org/politica/filho-motorista-marielle->

pensao-carteira.html> Acessado em 21 mai. 2019.

BOATOS.ORG. Marielle Franco estava engajada com bandidos e foi morta por traficantes #boato. BOATOS.ORG, [S.l.: s.n.], 05 maio 2019. Política. Disponível em: < <https://www.boatos.org/politica/marielle-engajada-bandidos.html> > Acessado em 21 mai. 2019.

BOATOS.ORG. Padre Zezinho compara Marielle Franco com professora Heley de Abreu. BOATOS.ORG, [S.l.: s.n.], 25 março 2018. Política. Disponível em: < <https://www.boatos.org/politica/marielle-engajada-bandidos.html> > Acessado em 21 mai. 2019.

BOATOS.ORG. Antropólogo Sandro Silva escreve texto critica a Marielle Franco. BOATOS.ORG, [S.l.: s.n.], 17 março 2018. Política. Disponível em: <<https://www.boatos.org/?s=marielle+tinha+ideias+nefastas>> Acesso em: 06 jun. 2019.

CARMO, Beatriz. **A pobreza brasileira tem cor e é preta.** Nexo Jornal, 18 nov. 2018. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/ensaio/2017/A-pobreza-brasileira-tem-cor-e-%C3%A9-preta> >. Acesso em: 23 jun. 2019.

O GLOBO. **Ronnie Lessa fala pela primeira vez na Justiça sobre o caso Marielle.** 07 de junho 2019. Disponível em < <https://oglobo.globo.com/rio/ronnie-lessa-fala-pela-primeira-vez-na-justica-sobre-caso-marielle-23724056> > Acessado em 23 de junho de 2019.

68% DAS MULHERES ENCARCERADAS NO BRASIL SÃO NEGRAS, APONTA ESTUDO. Agência Patrícia Galvão, 13 jun. 2019. Disponível em: < <https://agenciapatriciagalvao.org.br/destaques/68-das-mulheres-encarceradas-no-brasil-sao-negras-aponta-estudo/> >. Acesso em: 23 jun. 2019.